



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PALMAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – HABILITAÇÃO EM LÍNGUA
PORTUGUESA**

ANA CAROLINA CATÃO MONTENEGRO

MUITO ALÉM DAS PALAVRAS: O DESEJADO E O ENCOBERTO

**PALMAS
2021**

ANA CAROLINA CATÃO MONTENEGRO

MUITO ALÉM DAS PALAVRAS: O DESEJADO E O ENCOBERTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras-Habilitação em Língua Portuguesa da Unidade de Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, como exigência à obtenção do título de Licenciada em Letras-Língua Portuguesa.

Orientador: Dr. André Vinicius Lira Costa

PALMAS
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecas do Instituto Federal do Tocantins

M772a Montenegro, Ana Carolina Catão
Muito além das palavras: o Desejado e o Encoberto / Ana Carolina Catão
Montenegro. – Palmas, TO, 2021.
60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Habilitação
em Língua Portuguesa) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Tocantins, Campus Palmas, Palmas, TO, 2021.

Orientador: Dr. André Vinicius Lira Costa

1. Sebastianismo. 2. Camões. 3. Pessoa. I. Costa, André Vinicius Lira. II.
Título.

CDD 400

A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio, deste documento é autorizada para fins de estudo e
pesquisa, desde que citada a fonte.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica do IFTO com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).**

ANA CAROLINA CATÃO MONTENEGRO

MUITO ALÉM DAS PALAVRAS: O DESEJADO E O ENCOBERTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras-Habilitação em Língua Portuguesa da Unidade de Palmas, do Instituto Federal do Tocantins, como exigência à obtenção do título de Licenciada em Letras-Língua Portuguesa.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Dr. André Vinicius Lira Costa
Orientador
IFTO- *Campus* Palmas

Me. David Siqueira Fontes Neto
IFTO- *Campus* Palmas

Me. Felipe Forain Marques
Colégio Pedro II

À alma portuguesa e aos sebastianistas de todo
o mundo, que aguardam, esperançosos, o
retorno do Encoberto.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me conceder a acuracidade para entender, a sutileza de relevar, a facilidade de aprender, a graça abundante de falar e de escrever. A Santo Tomás e a Sant'Ana, por intercederem por mim nos momentos de desânimo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. André Vinicius Lira Costa, pela orientação, disponibilidade, compreensão e dedicação na elaboração deste trabalho.

Aos demais professores que conheci ao longo da vida, por serem inspirações e exemplos. Agradeço, em especial, por todos os ensinamentos e aprendizados.

A todos os meus amigos e à minha família, por me apoiarem e incentivarem durante os momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica.

“Un bel morir tutta la vita honora”

Francesco Petrarca

RESUMO

O presente trabalho se debruça sobre o tema do sebastianismo e a sua influência nas literaturas de Camões e de Pessoa, especificamente no que tange à interpretação do modo como as estâncias d'*Os Lusíadas* e os poemas de *Mensagem* figuram os aspectos políticos e religiosos do mito sebástico. Propôs-se a interpretar e comparar as estâncias dos Cantos I e X d'*Os Lusíadas* e os poemas “O desejado”, “O encoberto” e “D. Sebastião”, de *Mensagem*, com o intuito de identificar os pontos de concordância e divergência entre eles. Além disso, a comparação desenvolveu-se considerando a atualização do mito sebástico tanto entre as obras dos poetas quanto entre os contextos históricos dos poemas. A título de embasamento teórico, foram utilizados autores como Candido (2011), Todorov (2007), Frye (2017), entre outros. Ao final do trabalho, constatou-se que o mito do sebastianismo é parte integrante da identidade portuguesa, de modo que tanto no séc. XVI quanto no séc. XX - e ainda hoje - o nome de D. Sebastião ecoa na alma portuguesa como a última esperança de um povo que aguarda pelo ressurgimento do Império Português.

Palavras-chave: Sebastianismo. Camões. Pessoa.

ABSTRACT

This paper focuses on the theme of sebastianism and its influence on the literatures of Camões and Pessoa, specifically with regard to the interpretation of the way in which the stanzas in *The Lusiads* and the poems in *Message* portray the political and religious aspects of this messianic myth. It was proposed to interpret and compare the stanzas of Cantos I and X of *The Lusiads* and the poems “O desejado”, “O encoberto” and “D. Sebastião”, from *Message*, in order to identify the points of agreement and divergence between them. In addition, the comparison was developed considering the updating of sebastianism both between the works of poets and between the historical contexts of the poems. As a theoretical basis, authors such as Candido (2011), Todorov (2007), Frye (2017), among others were used. At the end of the paper, it was found that the myth of sebastianism is an integral part of the portuguese identity, so that both in the century. XVI and in the century. XX- and still today- the name of D. Sebastião echoes in the Portuguese soul as the last hope of a people waiting for the resurgence of the Portuguese Empire.

Keywords: Sebastianism. Camões. Pessoa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 LITERATURA, MITO E IMAGINAÇÃO	13
2.1 Literatura	13
2.2 Mito	15
2.3 Imaginação	16
3 O SER QUE HABITA NO MITO: DOM SEBASTIÃO	18
3.1 Batalha de Alcácer-Quibir ou Batalha dos Três Reis	23
3.2 Sebastianismo e profetas	24
4 O DESEJADO: CAMÕES E O D. SEBASTIÃO HISTÓRICO	27
4.1 Dedicatória	27
4.2 Epílogo	32
5 O ENCOBERTO: PESSOA E O D. SEBASTIÃO MÍTICO	38
5.1 O Messias	38
5.2 O Cristo	43
5.3 O mito	48
6 AS CONCORDÂNCIAS, DISSONÂNCIAS E ATUALIZAÇÕES DO MITO	52
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

É próprio do ser humano questionar-se a respeito da serventia das coisas. Com a literatura, então, não poderia ser diferente. Afinal, para que ela serve? Por que precisamos interpretá-la? Quem foi que disse que ela precisa ser interpretada? Essas são algumas das interrogações que costumamos ouvir em relação à função da literatura. Para William Faulkner, no entanto, não existe uma questão de serventia em torno dela, mas aquilo que ela faz propriamente, que, conforme ele, é semelhante à ação de um fósforo num campo escuro: permitir-nos enxergar quanta escuridão existe ao redor.

Considerando isso, o nosso objetivo, por meio deste estudo, se resume em esculpir uma candeia em torno do tema que iremos tratar, isto é, em torno do sebastianismo e da sua influência nas literaturas de Camões e de Pessoa, especificamente no modo como as estâncias d'*Os Lusíadas* e os poemas de *Mensagem* figuram os aspectos políticos e religiosos do mito sebástico. Assim sendo, escolhemos, para a realização do trabalho, estâncias dos Cantos I e X d'*Os Lusíadas* e os poemas “O desejado”, “O encoberto” e “D. Sebastião”, de *Mensagem*, a fim de, por meio da sua interpretação e comparação, compreender a forma como o sebastianismo impactou e impacta o imaginário e a cultura portuguesa.

Além disso, para a realização deste estudo, nos pautamos nas teorias de Candido (2011), Todorov (2007) e Frye (2017), que desenvolvem discussões e conceitos a respeito da literatura. Para esboçar a história de D. Sebastião, bem como os primórdios do mito sebastianista, nos apoiamos nas obras de Cruz (1837), Magalhães (1898) e Martins (2010). Como embasamento teórico de nossas interpretações, utilizamos, além dos teóricos já mencionados, Sérgio (1977) e Pessoa (1979).

O nosso trabalho está estruturado em 5 partes. Na primeira delas, fizemos um levantamento bibliográfico dos conceitos de literatura, mito e imaginação. Na segunda, apresentamos uma breve biografia de D. Sebastião, bem como o contexto histórico do mito. Na terceira e na quarta, interpretamos, respectivamente, as estâncias d'*Os Lusíadas* e os poemas de *Mensagem*, considerando a manifestação de D. Sebastião e do mito sebástico dentro delas. Na quinta, e última, desenvolvemos a comparação entre as interpretações realizadas nos capítulos anteriores e a complementamos com as atualizações do mito nas sociedades portuguesa e brasileira.

2 LITERATURA, MITO E IMAGINAÇÃO

“A alma lusitana está grávida de divino”
Fernando Pessoa

Ao longo dos séculos, a literatura foi conceituada das mais diversas maneiras, passando de arte da imitação à manifestação universal de todos os homens em todos os tempos, chegando a ser dicionarizada como “arte da utilização estética da linguagem” (HOUAISS, 2015: verbete “literatura”) e a nominar uma disciplina escolar. De todo modo, chega-se à conclusão que, hoje, todos os críticos literários compartilham: para a literatura não há uma única definição, já que não seria possível chegar a uma explicação exata do que ela seja. Inclusive, poderíamos até mesmo dizer apenas que ela é, sendo esse ser manifestado das mais variadas formas.

Considerando isso, precisamos, para desenvolver o estudo que propomos, esclarecer o conceito de literatura com o qual nos identificamos e como trabalharemos com ele no decorrer deste trabalho. Nesse sentido, compartilhamos dos pensamentos de Candido (2011) e de Todorov (2007), os quais escrevem a respeito do poder que só a literatura tem e de como ela é uma necessidade humana. Além desses, Frye (2017) também faz algumas considerações a respeito do mundo literário com as quais nos identificamos.

2.1 Literatura

Para Candido (2011), a literatura corresponde a uma necessidade universal, no sentido de que não há povo ou homem que possa viver sem ela, ou seja, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação. E isso se dá “desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance.” (CANDIDO, 2011, p. 177). Assim sendo, entende-se que o que a literatura faz, só ela faz e, ainda, que o que ela pode fazer depende de quem a recebe, porque será determinada levando em conta a forma como se manifestou em quem a leu.

Seguindo essa lógica, Northrop Frye dirá que “nenhuma sociedade humana é tão primitiva que não tenha alguma espécie de literatura” (FRYE, 2017, p. 33). E completa

dizendo que se ela ainda não foi percebida é porque não chegou a ser distinguida de outros aspectos da vida, “está incrustada na religião, na magia e nas cerimônias sociais.” (FRYE, 2017, p. 33). Isso quer dizer que a literatura é inerente ao ser humano e, conseqüentemente, à sua vida, o que nos leva a concebê-la como a vida mesma, de maneira oposta ao que se acreditava há algum tempo. Antes do advento do Modernismo, por exemplo, a relação entre a literatura e a vida era entendida como de causa e consequência, de modo que a vida era um reflexo da literatura ou o revés: a literatura, um reflexo da vida. No século XX, no entanto, essa relação muda e o que antes era reflexo passa a SER propriamente. É por consequência disso que Fernando Pessoa dirá: “aconteceu-me um poema.”

Ainda em relação a isso, Frye (2017) afirma que a literatura não reflete a vida, mas também não se escapa ou se retira dela: engole-a. E a imaginação, o mundo em que ela acontece, não para enquanto não engolir tudo. Por isso, ela é tão indescritível. A literatura tem esse poder, que nenhuma outra coisa tem: o poder de mostrar toda a amplitude e alcance da imaginação humana. E, assim, fazer-nos entrar em um mundo humano de experiência imediata, que é o mundo literário, explica Frye (2017).

Todorov (2007) também fala sobre essa ação da literatura e esclarece que, ao proporcionar certas sensações, ela faz do mundo real um lugar mais pleno de sentido e permite que cada pessoa responda melhor à sua vocação de ser humano. Como apontamos anteriormente, o que ela faz, só ela pode fazer. Desse modo, a literatura tem um papel essencial a cumprir: “nos transformar a cada um de nós a partir de dentro.” (TODOROV, 2007, p. 76). Tanto é assim que, se nos fecharmos a ela ou a limitarmos de algum modo, “alguma coisa dentro de nós morrerá- talvez a única coisa que nos importe manter viva.” (FRYE, 2017, p. 71).

Dessa forma, compartilhando do mesmo sentimento de Todorov, isto é, entendendo a literatura como a revelação do homem a si mesmo, Frye (2017) concebe a crítica literária não como um conjunto de sentenças judiciais, mas como a consciência dessa revelação. A crítica literária traz luz à grande e confusa herança do passado e confirma aquilo que ela expressa ao presente com sinceridade e precisão, afirma Steiner (1988). Por esse motivo, compreendemos a crítica como meio ou auxílio para uma percepção mais segura do mito sebástico e não como uma visão infalível ou permanente do tema estudado.

Por fim, a crítica literária, ao trazer luz a um tema, pode ser levada, também, a estabelecer confrontos entre obras de autores distintos, o que é justamente o caso da nossa pesquisa, na qual confrontamos os pensamentos de Camões e de Pessoa a respeito do sebastianismo. Assim, a comparação se torna método do nosso estudo, funcionando como recurso analítico e interpretativo; portanto, meio para a realização dele, não fim, explica Carvalhal (2006).

Esclarecido o conceito de literatura com o qual trabalharemos e sabendo que ela é, também, um “itinerário para a verdade do mito” (SCHUBACK, 1999, p. 165), enfatizamos, agora, o conceito de mito, já que trabalharemos com a manifestação de um dentro de obras distintas. Aliado a isso, discutiremos, ainda, a importância do mito para a formação do imaginário português.

2.2 Mito

Sabe-se que os mitos foram as primeiras formas de explicação da existência do homem e, ao mesmo tempo, as primeiras respostas para as interrogações que a razão humana não era capaz de solucionar. Os mitos, então, narravam como, por meio de uma ação divina, aquilo que era real havia passado a existir. No entanto, com o passar do tempo, eles passaram a ser interpretados como mera fantasia, denominando, assim, as coisas que não poderiam, de fato, existir. Dessa forma, o judeu-cristianismo, por exemplo, “relegou para o campo da ‘falsidade’ ou ‘ilusão’ tudo o que não fosse justificado ou validado por um dos dois Testamentos.” (ELIADE, 1972, p. 06).

A partir do século XX, porém, os estudiosos começaram a estudar o mito aceitando-o como história legítima e reconhecendo o seu caráter sagrado e simbólico. É a partir disso que Eliade (1972) conceberá o mito enquanto narração de uma história sagrada, isto é, a narração de como, graças aos Entes Sobrenaturais, uma realidade passou a existir. “Em suma, os mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado (ou do ‘sobrenatural’) no Mundo.” (ELIADE, 1972, p. 09). À vista disso, consideramos, a exemplo de Eliade, o mito sebastico como realidade, porque manifesta, à sua maneira, essa irrupção do sagrado, como veremos no capítulo que narra a história de D. Sebastião.

Ainda, Eliade (1992) afirma que narrar uma história sagrada, no conceito de mito, equivale a revelar um mistério, uma vez que os personagens dos mitos não são seres humanos comuns, mas deuses ou heróis. Portanto, compreendemos o sebastianismo enquanto atuação do sagrado na história de D. Sebastião, a maravilha fatal de Portugal, o qual revela o mistério de seu desaparecimento em Alcácer Quibir.

Isso posto, considerando que os mitos são realidades do mundo e, além disso, que foram cristalizados na literatura, constatamos que, ao irromper na sociedade portuguesa, o mito sebástico age como um elemento formador da identidade e do imaginário português. Desse modo, discorreremos, agora, a respeito da imaginação e da associação entre ela e o mito sebástico.

2.3 Imaginação

O crítico americano conceitua a imaginação como “o poder de construir modelos possíveis da experiência humana.” (FRYE, 2017, p. 18). Considerando isso, o autor pontua que na imaginação vale tudo o que possa ser imaginado, sendo o seu limite um mundo totalmente humano. Assim, ele dirá que os conteúdos da literatura não são nem reais nem irreais, mas que, apesar disso, o poeta ganhou a reputação de mentiroso autorizado, de maneira que os termos utilizados na crítica literária, como o próprio mito, passaram a significar algo em que não se pode acreditar, como vimos anteriormente.

Nessa perspectiva, podemos entender a diferença entre o historiador e o poeta: enquanto um faz afirmações factuais, o outro nunca as faz, porque não é função dele nos informar o que aconteceu, mas aquilo que acontece sempre. Por isso, Northrop diz que a imaginação destrói o tempo, e se ela “pode destruir até o tempo- o inimigo de todas as coisas vivas e, para os poetas, o mais odiado e temido dos tiranos-, então ela pode destruir tudo.” (FRYE, 2017, p. 70). É justamente por isso que, ao ler literatura, reconhecemos, nos personagens, não alguém que o escritor poderia ter conhecido, mas, em certa medida, a nós mesmos e a todos aqueles que conhecemos, como se houvesse algo daquele personagem em nós, discute Frye (2017). Já que a imaginação destrói o tempo, a separação entre o real e o irreal passa a não mais existir.

Considerando isso, podemos pensar na relação entre a imaginação, o mito e a identidade do homem. Como “as construções da imaginação contam-nos coisas sobre a vida humana que não poderíamos saber de nenhum outro jeito” (FRYE, 2017, p. 108), sendo o mito uma delas, o concebemos como elemento constitutivo do homem, já que, sem ele, o homem não seria quem é. Traçando o elo com o nosso tema, podemos concluir que os portugueses não seriam quem são se o sebastianismo nunca tivesse irrompido na sociedade. Da mesma forma, a relação do português com a sua história não seria a mesma, já que, como vimos, a imaginação e, portanto, o mito, ultrapassa as barreiras do tempo, permanecendo eternamente na alma de quem o recebeu.

Assim, a imaginação desempenha uma função inigualável na vida humana, complementando-lhe os sentidos e a experiência com o mundo real. A fim de entender a ação dessa imaginação na sociedade portuguesa e o surgimento do mito sebastico, veremos, no capítulo seguinte, uma síntese da biografia de D. Sebastião, o homem que habita no mito, bem como a breve narração dos acontecimentos históricos e míticos que deram origem ao sebastianismo.

3 O SER QUE HABITA NO MITO: DOM SEBASTIÃO

“Na está a divina providencia taõ atada aos juisos humanos, nem limitada aos discursos de seus entendimentos, que necessariamente páre nos termos desejados dos homens, nem nos successos que elles cuidaõ; pois nem nas maiores adversidades lhe faltaõ remedios de melhorar os tempos, nem nas prosperidades, occasiões de grandes caídas.”

Fr. Bernardo da Cruz

De forma bastante poética, Fr. Bernardo da Cruz escreveu especulações e justificativas a respeito do destino dos homens no que veio a ser o primeiro capítulo de sua *Crônica a El-Rei D. Sebastião*. É claro que, em se tratando de um livro que narra a história do rei, as palavras do frei se aplicariam aos acontecimentos do grande reino de Portugal no tempo em que D. Sebastião governou o país, de forma que é possível entender que ao mesmo tempo em que a história conta com grandes glórias, as desgraças não deixaram de existir.

Os mistérios, os quais envolvem a história de D. Sebastião, começam décadas antes do seu nascimento, quando D. João III, seu avô, tendo casado com a rainha Dona Catarina, tem, como descendência, 9 filhos, e destes, todos os meninos morrem ainda novos, com exceção de apenas um: o príncipe João Manuel. Em razão de a herança de Portugal ter como esperança apenas a vida de D. João Manuel e temendo que ela viesse a acabar tão cedo quanto a dos irmãos, o rei D. João III ordenou que ele se casasse assim que completasse a idade de 16 anos. Assim, o príncipe se casa com a princesa Joana, filha de Carlos V, imperador da Espanha.

O historiador Oliveira Martins também confirma os mistérios da história ao contar que o povo havia criado uma nuvem de milagres ao redor do berço de D. Sebastião, de maneira que a lenda que surgiu após a sua morte remonta a esses antigos casos maravilhosos. A exemplo disso, quando aconteceu o casamento de D. João Manuel, “viram as gentes de Lisboa no céu, por cima das torres da Sé, noites seguidas, um fogo avermelhado, em forma de ataúde.” (MARTINS, 2010, p. 219). Além disso, conta-se que Dona Joana também teve algumas visões nas noites em que, às vésperas de dar à luz, saía para fazer exercícios na varanda; foi em uma dessas noites que ela viu “um bando de mouros com albornozes de

cores, tochas acesas, como num enterro, caminhando a salmear, com vozes lúgubres.” (MARTINS, 2010, p. 219).

Pouco tempo depois do casamento, Dona Joana engravidou do homem que é, hoje, tema de nossa pesquisa. No entanto, como “os gostos da presente vida não tenham firmes raízes”(CRUZ, 1837, p. 6), dirá o frei Bernardo, o príncipe D. João Manuel veio a óbito, no dia 02 de janeiro de 1554, 18 dias antes do nascimento de seu filho, em virtude de uma doença mortal. Com medo de que a princesa viesse a perder o bebê com o sofrimento pela morte do marido, o rei e a rainha escondem a tragédia, chegando ao acordo de contar o que havia acontecido somente após o nascimento da criança. Assim, a princesa permanece saudável durante o restante do período de gravidez.

À meia noite do dia 20 de janeiro de 1554, dia de São Sebastião, Dona Joana entra em trabalho de parto e os habitantes de Lisboa organizam uma procissão “pedindo ao Senhor o remédio tão desejado” (CRUZ, 1837, p. 8). Entre os gritos da princesa e as súplicas dos portugueses, nasce, ao raiar da manhã, o príncipe. Com o recebimento de tão ditosa notícia, o povo, entre lágrimas e cantos, rende louvores a Deus pelo desejo alcançado:

Iam voltar talvez os velhos dias,
Addiavam-se as negras prophecias,
Deus não desamparava o Povo Eleito!
E os sinos das egrejas repicavam,
E os soberbos galeões saudavam
O tenro infante, em bellicoso preito!

E, pelo reino inteiro, a alma do Povo
Cobrou, com a esperança, alento novo,
Sentiu bater mais forte o coração. . .
Esqueciam-se os lúgubres terrores,
Os agoiros cruéis e as velhas dores. . .
« Real! Real! por D. Sebastião! » (MAGALHÃES, 1898, p. 31)

Oito dias após tão grande celebração, a criança é batizada e a ela é dado o nome de D. Sebastião, em homenagem ao santo do dia em que nasceu. Quatro meses depois, sua mãe, a princesa Joana, retorna ao seu país de origem, a Espanha, a pedido do pai, deixando o príncipe aos cuidados da avó, a rainha D. Catarina. Dessa maneira, a educação e criação do futuro rei de Portugal ficou sob responsabilidade de sua avó e de seu tio-avô, o cardeal D. Henrique, os quais “com igual zelo e amor procuravam todo o bem de seus reinos,

principalmente as virtudes pera merecimento da alma, e bons costumes pera ornamento e honra da pessoa e real dignidade” (CRUZ, 1837, p. 10).

Com isso, para a educação de D. Sebastião, foram escolhidos mestres velhos o suficiente para o instruir nos bons costumes e na religião. Ao contar os feitos de homens que conquistaram grandes reinos e encorajar o príncipe ao exercício militar e às batalhas, os mestres acabaram por desempenhar um papel crucial, assim como todo educador, na formação do imaginário e do intelecto do menino. D. Sebastião deu tanta importância ao que ouvia em suas lições que “começou a dar mostras de ânimo invencível e sem temor em todos e quaesquer perigos” (CRUZ, 1837, p. 12). E, usando como justificativa a expansão do reino e a ampliação da fé, os preceptores mostravam como guerra principal a que deveria ser travada com a África, de modo que:

o moço de sobeja ousadia, desejoso de immortal gloria com esforçados feitos, tinha já concebido capital odio, e cada hora desejava ver o dia de a cometer com armas e executar nella a ferocidade de animo criado com assas zello de exaltaçam da fé catholica e aumento de seus reinos. (CRUZ, 1837, p. 12).

Com o imaginário recheado pela ânsia da guerra, cresceu D. Sebastião, que, por ocasião da morte de D. João III, subiu ao trono aos três anos e meio de idade, assumindo o governo do país, de fato, em 1568, aos quatorze anos. Assim, durante a adolescência, as diversões do jovem rei consistiam em caçar e domar cavalos. Aos dezesseis anos, gastava horas a correr lanças e queria fazer voto de castidade, tomando como modelo o Santo Condestável¹. Nas palavras do historiador, o menino andava por toda a parte “como um Quixote, fazia fala de uma temeridade que a loucura do seu gênio confundia com a coragem.” (MARTINS, 2010, p. 219). Além disso, “tinha um tal horror a mulheres que corriam versões, a ponto de Filipe II, seu tio, lhe mandar o dr. Almazan, a ver se o curava.” (MARTINS, 2010, p. 220).

No início do reinado do jovem rei, a crise se instaurou em Portugal e os mais variados setores da sociedade foram afetados por ela, além disso, a peste assolava o país. O novo reinado destacava-se como uma renascença, mas nem D. Sebastião, nem os seus conselheiros, a viam na reorganização das instituições, mas sim numa aventura famosa, dirá Martins

¹ Como era chamado São Nuno Álvares, aquele que, como diz seu epitáfio, foi “fundador da Casa de Bragança, excelente general, beato monge, que durante a sua vida na terra tão ardentemente desejou o Reino dos Céus depois da morte, e mereceu a eterna companhia dos Santos”.

(2010). Dessa forma, o rei começou a promulgar leis e regulamentos, os quais eram impotentes e incapazes para a restauração de uma sociedade corrompida. E, como não tivera paciência, nem prudência, para ir corrigindo a nação lentamente, se deixou levar pensando na grande empresa que devia realizar. Foi essa falta de prudência que o tornou o Nuno Álvares da perdição. Conforme o historiador, ele “tinha, decerto, o génio de um herói, mas nascera no meio de um paul de rãs.” (MARTINS, 2010, p. 221).

Sabendo que os seus antepassados haviam sido grandes homens, que lutaram pela expansão do reino e da fé católica, o rei quis vê-los de perto, como que para receber uma bênção antes de partir para a sua empresa. Assim, D. Sebastião vai ao Mosteiro da Batalha para visitar os cadáveres dos reis que o antecederam. Luiz de Magalhães, no seu poema², nomeia esse acontecimento como “Vigília d’armas”, com dois objetivos claros, especifica ele nas notas: para ilustrar o heroísmo e o misticismo do último representante da alma portuguesa e para exprimir a visão de glória e de fé que o alucinava. Este é um trecho da oração que D. Sebastião faz no capítulo ao qual o poeta atribui esse episódio:

Meu sonho glorioso,
 Meu sonho, ó bom Jesus !
 E' ver a tua Cruz,
 Teu signo victorioso,
 Por minha mão guerreira,
 Com fé e ardor, hasteada,
 De todos adorada,
 Cobrir a terra inteira!
 E' vel-a, a Cruz radiante,
 O symbolo da Graça,
 Guia da nossa Raça
 No ignoto mar profundo,
 E' vel-a triumphante,
 E' vel-a, é vel-a, ó Deus! (MAGALHÃES, 1898, p. 39).

Por meio dos versos de Magalhães, podemos observar o ardente desejo que o Dom Quixote de Portugal possuía. Tão ardente era que, logo após a visita ao mosteiro, a quimera de realizar o seu destino roubou-lhe a razão por completo, de maneira que o rei já não dava ouvidos a ninguém³. Para ele, os conselheiros mais velhos eram loucos e só tinham razão aqueles que, como ele, não temiam os perigos da guerra e queriam sair a dominar as terras

² A biografia de D. Sebastião escrita por ele em versos: MAGALHÃES, Luiz de. **D. Sebastião**. Coimbra: França Amado, 1898.

³ No filme *O quinto império- ontem como hoje*, do cineasta Manoel de Oliveira, essa atitude temerária do rei é muito bem representada.

africanas. A sua avó, vendo que o neto já não considerava as suas advertências, “com lágrimas e orações pedia a Deos remedio dos males ameaçadores de severo castigo em empreza taõ duvidosa” (CRUZ, 1837, p. 24). E foi assim que a rainha de Portugal sucumbiu, “com a certeza da irremissível perdição do neto estremecido.” (MARTINS, 2010, p. 222).

Além dos homens temerários, D. Sebastião também depositava a sua confiança nos jesuítas, com os quais possuía proximidade e uma boa relação. Nesse sentido, Martins (2010) conta que agradava ao rei ouvir a história de Santo Inácio, que foi a Jerusalém para conquistar o sepulcro sagrado de Cristo. Assim, o jovem Sebastião passava horas no convento e manhãs inteiras escutando as histórias dos jesuítas, as quais estimulavam ainda mais a sua ilusão. Em 1575, para encorajar o rei e completar-lhe a loucura, o papa Pio V enviou-lhe uma das setas com que São Sebastião fora martirizado. Em virtude do acontecimento, Camões, tomado pelo entusiasmo de renascença das Cruzadas, escreve um poema, no qual fica evidente que o poeta compartilhava do sentimento de seu rei. Para ilustrar essa consonância entre os dois homens, resgatamos uma das estrofes do poema:

Assi vós, Rei, que fostes segurança
de nossa liberdade, e que nos dais
de grandes bens certíssima esperança;
nos costumes e aspeito que mostrais,
concebemos segura confiança
que Deus, a quem servis e venerais,
vos fará vingador dos seus revéis,
e os prémios vos dará que mereceis. (CAMÕES, 1575)

É movido pelo desejo, alimentado ainda na infância, e pela incitação de Camões que D. Sebastião aceita ajudar, em 1576, Mulei Mohammed, emir marroquino que havia sido deposto por seu tio. Mohammed fora para Portugal a fim de pedir auxílio para recuperar o trono e, caso recebesse ajuda, ofereceria, em troca, o litoral do país e as ilhas e povoações que o envolvessem. Além disso, se o rei português o ajudasse, poderia disseminar a fé cristã na região e seria coroado imperador do Marrocos. Como a oferta era irresistível, o jovem rei começou a convocar os seus soldados.

3.1 Batalha de Alcácer-Quibir ou Batalha dos Três Reis

Em 25 de junho de 1578, a armada portuguesa parte rumo à África. Conforme Martins (2010), o rei levava, para a viagem, a coroa imperial de ouro, a qual colocaria na cabeça assim que vencesse a guerra; os fardamentos para a guarda de honra vestir no dia da coroação; e Fernão da Silva, o pregador, levava o sermão composto e já decorado para a solenidade. Nesse dia, partiram 500 naus e cerca de 24.000 homens, em grande parte inexperientes e mal preparados.

Ao chegarem à África, os homens começaram a debater o plano de ataque. Nessa ocasião, os soldados mais experientes sugeriam que não se abandonasse a costa, enquanto D. Sebastião queria adentrar no Marrocos, vencer o inimigo e coroar-se como imperador daquelas terras. Alguns receberam a proposta com tanto temor que chegaram a pensar em prender o rei, mas os homens que compartilhavam do espírito de D. Sebastião queriam avançar e zombavam dos mais velhos. “Muitos viam a perdição fatal, mas raros ou nenhuns se atreviam a falar.” (MARTINS, 2010, p. 229).

Assim, seguindo a vontade do rei, no dia 04 de agosto, o confronto começou. O exército dos portugueses já vinha fraco, esgotado pela fome, cansaço e calor, e os mouros eram numerosos, somavam cerca de 50 mil soldados, o que levou a um resultado catastrófico. Conforme Martins (2010), em um primeiro momento, os aventureiros levaram os inimigos de roldão, porém, ao adentrarem no meio dos soldados africanos, a vitória foi abafada. No meio da confusão, estava o rei, a bradar o *Santiago!*⁴, avançando perante os adversários.

Os homens, aflitos, vendo a derrota como o seu fim, pediam para fugir, e D. Sebastião, com o espírito de herói e guerreiro, defendia-se dos mouros. Luiz de Magalhães conta o episódio em seus versos e evidencia a reação do rei aos que o perguntavam o que fazer:

« Por Deus! — diz-lhe o Valido, a seu lado: — é mister
Render-vos, Senhor meu, para a vida salvar!
— Jamais! — responde o Rei. — Que fazer, pois?. . . — Morrer!
— Morrer, Senhor ? ! — Morrer. . . mas morrer devagar! . . . »

« O' meu Rei e Senhor! pois não ha (soluçante

⁴ Famoso grito de guerra utilizado nas batalhas contra os mouros. A origem dessa expressão remonta ao apóstolo São Tiago, que, conforme a tradição, teria aparecido em vários combates da Espanha com os mouros, fazendo-os vencer as batalhas. Desde então, ele passou a ser considerado o padroeiro dos cavaleiros, fato que fez o seu nome se transformar em um grito de guerra.

Lhe retruca o Vassalo) outro remédio agora ?
 — O Céu! » exclama: e, erguendo a espada gottejante,
 Nos ilhaes do corcel crava outra vez a espora! (MAGALHÃES, 1898, p. 77).

Poucas horas após o início da batalha, os africanos acabam esmagando os últimos soldados portugueses, os quais resistiam ao lado de seu rei. Dos 24.000 homens, menos de uma centena conseguiu fugir para contar a história que hoje conhecemos. Esses, conta o historiador, “não viram o rei imberbe cair nem morrer; ficou obscuramente enterrado nas ruínas da sua loucura...” (MARTINS, 2010, p. 230). Dessa forma, atribui-se a morte de D. Sebastião a essa data, já que, depois desse dia, ele nunca mais foi visto.

A sua morte é um mistério, não se pode negar. Como os soldados que lá estavam nada conseguiram ver, não se sabe se o rei morreu no campo de batalha ou se os mouros o fizeram prisioneiro, matando-o tempos depois. De todo modo, em 1582, o então rei de Portugal, Filipe I, mandou transladar um corpo que admitiram a D. Sebastião, o qual foi sepultado no Mosteiro dos Jerônimos, onde se encontra até hoje.

3.2 Sebastianismo e profetas

Ao receber a notícia da morte de seu rei e salvador, o povo caiu em profunda tristeza e desespero, sabendo que logo viriam a perder a independência. Começaram, então, a depositar a esperança nas profecias a respeito do Desejado e a cumprir devoções no intuito de alcançar o retorno do herói. Foi aí que, nas palavras do poeta, “a lenda sebastianista germinou, pois, e floresceu rapidamente no propício terreno d'uma incerteza cheia de mysterio.” (MAGALHÃES, 1898, p. 265). Dessa forma, à medida que a independência foi perdida e as desgraças vieram a aparecer, a alma do povo foi despertada pela suspeita de que D. Sebastião vivia.

Ao mesmo tempo, as profecias cantadas anos antes eram recordadas e difundidas pelas ruas portuguesas. A esse respeito, Martins (2010) aponta que os profetas, inspirados, entoavam a epopeia do herói, e as condições em que viria a aparecer para redimir o seu povo. Dentre os profetas lembrados estava Gonçalo Annes Bandarra, o sapateiro, autor das Trovas messiânicas, as quais viriam a ser as profecias mais famosas ligadas ao sebastianismo.

Nesse sentido, no “Sonho Segundo”, do terceiro corpo de suas Trovas, por exemplo, vemos o profeta falar do retorno de um rei que saiu de sua terra. Esse rei, conforme os versos de Bandarra, sairia de uma ilha para retornar a Portugal:

XI
 Augurai, gentes vindouras
 Que o Rei que daqui há de ir
 Vos há de tornar a vir
 Passadas trinta tesouras.
 [...]
 XV
 Este sonho que sonhei
 É verdade muito certa,
 Que lá da Ilha encoberta
 Vos há de chegar este Rei. (BANDARRA, 2018 [1603])

Nos versos, o sapateiro não elucida que o Rei de quem falava era D. Sebastião, mas as ações e características apresentadas se mostravam, para o povo assolado pela desventura, bem sugestivas quanto ao sujeito a quem se referiam. Os portugueses constroem, dessa maneira, uma crença em torno das profecias, a qual se espelhava nas palavras dos profetas que entoavam a similaridade entre Jesus Cristo e D. Sebastião. Segundo o historiador, “como na Judeia, também, o Cristo fora um salvador na nação, antes de ser redentor das almas. Também o Cristo português havia de alargar o seu império por longes terras, e a sua idade seria a era de redenção.” (MARTINS, 2010, p. 235). Assim, o rei se transfigura em Messias redentor.

Com o tempo, apareceram vários reis e homens que o povo acreditava serem D. Sebastião, mas a crença caía por terra assim que eles morriam. Conforme Martins (2010), o rei foi conservado como um herói, mas o Cristo nacional não atingiu a categoria de Deus. Por ocasião dos desapontamentos com os aparecimentos dos possíveis Cristos, a certeza da existência do rei foi perdendo o poder, e a lenda passou do terreno do dogma para o do mito. Ao lado do catolicismo dogmático, surge, assim, uma fé nova, inspirada nos celtas, e D. Sebastião se transfigura num rei Arthur.

O sebastianismo era, desse modo, “uma explosão simples da desesperança, uma manifestação do gênio natural íntimo da raça, e uma abdicação da história. Portugal renegava, por um mito, a realidade; morria para a história, desfeito num sonho; envolvia-se, para entrar no sepulcro, na mortalha de uma esperança messiânica.” (MARTINS, 2010, p. 238). Com isso, o surgimento do mito foi uma consequência do que vivia a alma portuguesa e que, por se

desenvolver unida a ela, acabou se tornando parte da sua substância, a ponto de fazer com que Fernando Pessoa dissesse que “todo o português que não é sebastianista é um traidor”.

Assim, o “morrer devagar” de D. Sebastião se manifestou em solo português, de forma que “para muitos, e por muito tempo, ele acabou por nunca verdadeiramente morrer. Tornou-se símbolo, mito e destino” (ZÚQUETE, 2012), parte do mundo da imaginação, e protagonista nas literaturas de grandes poetas portugueses, sendo dois deles: Camões e Pessoa.

4 O DESEJADO: CAMÕES E O D. SEBASTIÃO HISTÓRICO

“Apraz aos poetas convencer as pessoas, sobretudo as ricas e influentes, de que podem imortalizá-las com uma menção num poema. Às vezes podem mesmo.”

Northrop Frye

Camões viveu de 1524 a 1580, o que nos permite dizer não somente que ele foi contemporâneo de D. Sebastião, mas também que presenciou todo o período de glória e de desgraça pelo qual o seu amado país passou. Assim, veremos, em sua poesia, uma posição singular a respeito do rei, já que ele tratará de alguém ainda vivo e, mais, que é a encarnação das profecias há muito disseminadas.

O poema d’*Os Lusíadas*, o qual escolhemos para interpretar, segue uma estrutura bem definida, sendo organizado em 5 partes, como qualquer epopeia: 1) proposição, 2) invocação, 3) dedicatória, 4) narração e 5) epílogo. A fim de interpretar a posição e manifestação do rei D. Sebastião na poesia de Camões, utilizaremos trechos das partes 3 e 5, respectivamente, as quais tratam de diálogos com o homem-rei em dois momentos distintos da história de Portugal.

4.1 Dedicatória

A dedicatória d’*Os Lusíadas* abarca as estâncias 6 a 18 do Canto I, no entanto, interpretaremos aqui apenas as estâncias 6 a 8 e 15 e 16, as quais abordam mais especificamente a pessoa de Dom Sebastião. Um ponto importante no que diz respeito à dedicatória desse épico é que ela foi escrita quando o rei tinha entre 12 e 13 anos, ou seja, antes mesmo de o menino assumir, de fato, o trono como governante do reino de Portugal. Na dedicatória veremos, então, a materialização das expectativas da voz poética em relação ao futuro governante da nação portuguesa.

E vós, ó bem nascida segurança
Da lusitana antiga liberdade,
E não menos certíssima esperança
De aumento da pequena cristandade;
Vós, ó novo temor da maura lança,
Maravilha fatal da nossa idade,

Dada ao mundo por Deus, que todo o mande
Para do mundo a Deus dar parte grande;⁵ (p. 54)

No início da dedicatória do poema, D. Sebastião é qualificado pela voz poética como o rei que nasceu em boa hora, “ó bem nascida segurança”, sendo o seguro da manutenção da antiga liberdade dos lusitanos, isto é, da independência de Portugal. Além disso, é a esperança do aumento do número de crentes na religião católica, o terror dos exércitos mouros e o rei que teria poder o suficiente para converter boa parte do mundo à fé cristã.

Nessa estância, já percebemos que, para a voz poética, D. Sebastião é, sem sombra de dúvidas, “O desejado”, aquele por quem os portugueses tanto ansiavam, com a esperança de não precisarem se submeter ao poder espanhol. Por isso, “bem nascida segurança”, que nasceu em boa hora, já que havia nascido 18 dias após a morte de seu pai, fazendo com que o reino português não ficasse sem herdeiro ao trono. As características dos outros versos podem ser interpretadas em conjunto, pois resumem a imagem do desejado como aquele que daria continuidade às conquistas portuguesas em terras mouras, dilatando a fé católica nos continentes africano e asiático, da mesma forma que o tinham feito aqueles reis cantados no épico. Nos versos, a voz poética evidencia a relação íntima existente entre a nobreza e a religião no séc. XVI, bem como a crença no D. Sebastião das Trovas do Bandarra.

A respeito da relação entre a nobreza e a religião, é interessante pontuar que, nessa época, acontecia a Contrarreforma, como resposta à Reforma Protestante proposta por Martinho Lutero. Esse acontecimento impactou diretamente sobre a sociedade portuguesa, de modo que a evangelização dos povos mouros foi intensificada, por isso a voz poética escreve “Para do mundo a Deus dar parte grande”. Além disso, em 1572, o próprio exemplar de *Os Lusíadas*, por exemplo, precisou passar pela aprovação de um inquisidor para ser publicado.

Na estância seguinte, a voz camoniana revela a origem dessa influência da religião católica em Portugal, mostrando que essa atuação precede até mesmo os acontecimentos advindos da Contrarreforma:

Vós, tenro e novo ramo florescente
De uma árvore de Cristo mais amada,
Que nenhuma nascida no Ocidente,

⁵ As citações do poema épico são todas feitas a partir das edições comentadas por Francisco Sales de Lencastre, de Renan Santos: CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**- vol I e vol II: comentários de Francisco Sales de Lencastre. 1ª ed. Porto Alegre: Concreta, 2018.

Cesárea, ou cristianíssima chamada,
 (Vede-o no vosso escudo, que presente
 Vos amostra a vitória já passada,
 Na qual vos deu por armas e deixou
 As que ele para si na cruz tomou); (p. 55)

Nesses versos, D. Sebastião é nomeado como o “tenro e novo ramo florescente”, o que evidencia a sua jovem idade no período em que o poeta escreveu a dedicatória. O sentido do nome “ramo” é completado no decorrer da estância, quando o eu lírico esclarece que ele pertence a uma árvore específica, a qual é mais amada do que nenhuma outra nascida no Ocidente. A árvore, aí, é uma alegoria a “árvore genealógica”, aponta Lencastre em seus comentários. Desse modo, entendemos que, para a voz do poema, D. Sebastião integra a família mais amada por Cristo de toda a Europa: a dos portugueses. Analogamente, os romanos e os franceses são as outras árvores, “cesárea” e “cristianíssima”, respectivamente, menos amadas que a de Portugal.

Os quatro últimos versos da estância 7 narram um acontecimento importante da história do país, prova do amor apontado nos versos anteriores e manifestação do catolicismo como mais do que simples influência particular do escritor na constituição da obra. Ao trazer à tona a figura do escudo de Portugal, a voz poética rememora a vitória dos portugueses na Batalha de Ourique⁶, bem como o mito fundador do país. Nele, Jesus crucificado teria aparecido a D. Afonso Henriques na noite anterior à batalha, anunciando que Portugal sairia vitorioso. Após a vitória, D. Afonso adiciona os cinco escudos azuis no campo branco do brasão de Portugal, simbolizando os cinco reis vencidos, e, tempos depois, D. João I acrescenta as quinas em cada um dos escudos, as quais simbolizam as cinco chagas do Cristo crucificado, que havia aparecido ao conquistador.

A partir desses versos, entendemos que o catolicismo é parte integrante da identidade portuguesa, considerando que a sua influência na cultura do país esteve presente desde a fundação da nação. De forma complementar, a escolha pelo substantivo “ramo”, para nomear o rei, parece fazer referência à palma da vitória do cristianismo, simbolizando “a vitória que se obtém sobre o pecado, que se cumpre pelo amor e que assegura a salvação eterna: é a vitória definitiva e sem apelação” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009, p. 768). Na

⁶ Episódio simbólico da história de Portugal, no qual D. Afonso Henriques, primeiro rei da nação portuguesa, trava uma batalha com cinco reis mouros, no local correspondente aos campos de Ourique.

estância, a voz do poema relaciona o sentido simbólico do ramo à vitória histórica do país, o que funciona como uma espécie de encorajamento ao rei, destinado a alcançar a vitória definitiva de Portugal, tanto espiritualmente quanto politicamente.

Na estância 8, sequência da dedicatória, D. Sebastião será, enfim, chamado de rei, e a sua missão política, recordada:

Vós, poderoso rei, cujo alto Império
O sol, logo em nascendo vê primeiro
Vê-o também no meio do hemisfério
E quando desce o deixa derradeiro
Vós, que esperamos jugo e vitupério
Do torpe ismaelita cavaleiro
Do Turco oriental e do Gentio
Que inda bebe o licor do santo rio, (p. 56)

Nessa estrofe, os versos que chamam a nossa atenção em relação ao menino a quem o poema é dedicado são os quatro últimos. Neles, o rei é esperado como o “jugo e vitupério” dos ismaelitas, dos turcos e dos gentios, isto quer dizer que o povo português o esperava como a humilhação desses homens, considerados inimigos de Portugal. Os ismaelitas, porque, enquanto descendentes de Ismael, foram aqueles que formaram a tribo de onde descendem os maometanos, isto é, os povos mouros. Os turcos, porque eram aliados dos muçulmanos, e os gentios, porque eram os pagãos a quem D. Sebastião estava incumbido de levar a fé.

Dessa forma, veremos, nas estâncias 6 a 8 do Canto I, um D. Sebastião que assume a figura dada a ele pela alma portuguesa. Ele era o desejo português encarnado, não à toa, o Desejado. Confirma isso o Fr. Bernardo da Cruz, na sua *Crônica a El-Rei D. Sebastião*, na qual descreve a reação dos portugueses instantes após o nascimento do rei:

Tal foi o alvoroço e rumor de contentamento subitamente nacido em toda aquella multidão , antes emmudecida pela prompta attençaõ , que rompendo com lagrimas d'alegria o silencio forçado, não cessavaõ dar louvores ao Senhor por taõ grande mercê. Desfeita d'improviso aquella companhia , antes unida em hum só cuidado, discorria cada hum pelas ruas da cidade a dar novas aos absentes, e mandar cartas, e correos por todo o reino, com que alevantassem os animos caídos do povo com o contentamento do novo principe e herdeiro do reino de Portugal. A este tempo tornando a procissaõ pera a Sé e cantando as ladainhas , na rua dos escudeiros se publicou ser o principe nacido, onde logo mudando o tom e letra alevantárao *te deum laudamus* com muita alegria e com corações soltos da incerteza do successo, em que todos hiaõ suspensos. (CRUZ, 1837, p. 8-9)

Com isso, podemos entender que a voz camoniana não cantava apenas o sentimento de Camões. A dedicatória a D. Sebastião, mais do que um aspecto favorável para a aprovação do seu escrito, ilustrava o sentimento da alma portuguesa, que, porque patriota e religiosa, ansiava por um rei que garantisse a liberdade do país, ao mesmo passo que lutasse pela expansão de suas terras e pela conversão dos povos mouros. Confirmando isso, Martins (2010) diz que, na adolescência do rei, época em que foi escrita a dedicatória, o povo, em meio à crise, estava desesperado, e ansiava por um Messias.

Avançando na dedicatória, veremos, na estância 15, a voz poética incentivar o menino, o qual já vinha sendo influenciado pelas histórias de heróis e de batalhas que seus preceptores o contavam, a expandir o reino de Portugal por meio da guerra:

E enquanto eu estes canto, e a vós não posso,
 Sublime rei, que não me atrevo a tanto,
 Tomai as rédeas vós do reino vosso,
 Dareis matéria a nunca ouvido canto.
 Comecem a sentir o peso grosso
 (Que pelo mundo todo faça espanto)
 De exércitos e feitos singulares,
 De África as terras e do Oriente os mares. (p. 62)

Nos dois primeiros versos, é evidenciada a superioridade que se esperava nos feitos do rei D. Sebastião em relação aos seus antecessores, já que a voz poética canta os outros reis, como colocado na proposição do poema e no início da estrofe, mas não se sente digna para cantar o seu atual rei, sublime e soberano. Essa superioridade dos feitos do rei é desenvolvida nos versos seguintes, nos quais vemos o eu lírico proferir, em modo imperativo, o que o rei deveria realizar. Assim, a voz ordena que o rei tome as rédeas do seu reino, e expressa a fé nos seus sucessos, que, conforme os versos, irão render louvores maiores do que quaisquer outros antes ouvidos.

Também, o vaticínio da voz do poema aponta para os feitos militares do Desejado, que seriam únicos. A exaltação do poder da “maravilha fatal” se desenrola na estância seguinte, na qual são apresentadas as reações dos inimigos perante o rei glorioso:

Em vós os olhos tem o Mouro frio,
 Em quem vê seu exício afigurado;
 Só com vos ver o bárbaro Gentio
 Mostra o pescoço ao jugo já inclinado.
 Tétis todo o cerúleo senhorio

Tem para vós por dote aparelhado;
Que, afeiçoada ao gesto belo e tenro,
Deseja de comprar-vos para genro. (p. 63)

Como colocado anteriormente, nesses versos, é descrita a potência do soberano rei D. Sebastião, o qual faz tremer de medo o mouro, que prevê a sua destruição, e inclinar o gentio o pescoço, como forma de submissão. Para finalizar essa caracterização do grande poder do rei, a voz poética recorre à deusa Tétis, filha do Céu e da Terra, na mitologia grega, a qual, conforme o que diz a voz, tem tanta afeição pelo rei, que deseja dar-lhe em casamento suas filhas, as Oceânidas.

Isso posto, encontramos, na dedicatória do poema, um D. Sebastião que, ainda jovem, se prepara para assumir o governo de Portugal e, como tal, é desejado pelos portugueses para cumprir a missão que as profecias lhe confiaram: a de restaurar o reino português que, já há algum tempo, vinha assolado pelas crises e doenças. Para a voz poética, e também para o rei, como bem disse o historiador Oliveira Martins, a concretização dessa missão se pautava em batalhas e aventuras, no lugar de uma reorganização das instituições.

4.2 Epílogo

O canto de Camões continua, conforme a estrutura que apontamos anteriormente, narrando tanto a história de Portugal e dos personagens ilustres que dela fizeram parte quanto a viagem de Vasco da Gama e seus companheiros à Índia. Somente na quinta e última parte, é que veremos a voz poética se dirigir, mais uma vez, a D. Sebastião, que, nesse momento, já era o governante do país e estava com cerca de 20 anos.

Estima-se que Camões tenha escrito o epílogo de seu poema logo após retornar a Portugal, depois de 17 anos nos mares. Nessa ocasião, encontrará ele um Portugal devastado, no qual as desgraças pareciam se multiplicar entre incêndios, enchentes, a desvalorização da moeda e, para completar, a peste. Conta-se que morriam de 500 a 700 pessoas em um dia e a mortalidade era tão grande que as pessoas começavam o dia bem e terminavam-no já mortas. Assim, o epílogo da obra será influenciado pelo contexto histórico de Portugal, de modo que as palavras dirigidas a D. Sebastião também serão escolhidas com base nisso.

O epílogo da obra abrange todo o Canto X, no entanto, a título de interpretação, selecionamos as estâncias 146 e de 149 a 153, as quais se concentram, de forma mais direta, na pessoa de D. Sebastião. Nessa parte, veremos a voz poética alertar o rei de Portugal a respeito das pessoas que estavam a seu redor e das decisões que ele tomava, levando em consideração o desapontamento dela, com a pátria e com os portugueses, evidenciado nas estâncias anteriores.

E não sei por que influxo de destino
 Não tem um ledor orgulho e geral gosto,
 Que os ânimos levanta de cotino
 A ter pera trabalhos ledor o rosto.
 Por isso vós, ó rei, que por divino
 Conselho estais no régio sólio posto,
 Olhai que sois (e vede as outras gentes)
 Senhor só de vassalos excelentes! (p. 435)

Na estância 146, notamos a voz do poema fazer um pedido ao rei D. Sebastião. Como estava desapontada pelos seus conterrâneos não valorizarem o seu canto⁷, pois só queriam adquirir riquezas, a voz pede que o rei incentive os seus vassalos à nobreza e à heroicidade, reconhecendo-os, visto que “as outras gentes” não teriam as mesmas virtudes que os portugueses. Nos versos, fica evidente, mais uma vez, a predestinação divina outorgada a D. Sebastião, já que a voz lembrará o seu rei de que só está ali porque Deus o permitiu, isto é, por “divino conselho”, o que parece ser uma justificativa para que D. Sebastião não desdenhe os seus, mas, sim, os enalteça.

As estâncias seguintes darão continuação ao pedido, exemplificando os feitos dos homens portugueses e aconselhando D. Sebastião a dar-lhes o mérito, já que, no nome dele, eles estariam sempre dispostos a servir, mesmo que entre “demônios infernais, negros e ardentes”, com o intuito de fazer-lhe vencedor, não vencido. A partir desse argumento, a voz começa a explicar como o rei deveria favorecer os seus e, nesse sentido, observaremos o que ela diz na estância 149:

Favorecei-os logo, e alegrai-os
 Com a presença e leda humanidade;
 De rigorosas leis desalivai-os,
 Que assi se abre o caminho à santidade.

⁷ “Nomais musa, nomais; que a lira tenho/ Destemperada, e a voz enrouquecida;/ E não do canto, mas de ver que venho/ Cantar a gente surda e endurecida.” (CAMÕES, 2018)

Os mais exp'rimentados levantai-os,
 Se com a experiência têm bondade
 Pera vosso conselho, pois que sabem
 O como, o quando, e onde as cousas cabem. (p. 437)

Nos primeiros versos da estância, a voz poética completa o que havia dito sobre a valorização dos portugueses, no sentido de que, assim como eles serviam ao rei com prontidão e alegria, o rei deveria servir-lhes, concedendo um prêmio correspondente: a alegria da sua presença e palavras de encorajamento. Nos demais versos, o eu lírico clama para que o rei poupe os homens de leis rigorosas, a fim de que eles sejam mais bondosos- santos, nas palavras do poema. Para nós, os versos mais significativos são os quatro últimos, que fazem um alerta claro ao rei, o qual só considerava os dizeres dos moços aventureiros, tomando os velhos como loucos. Nesse sentido, a voz poética recomenda que o rei admita os conselhos desses homens, já que, por terem mais experiência, saberiam o modo, o tempo e o lugar em que as coisas deveriam ser feitas, isto é, em que o rei deveria agir.

Na sequência, isto é, nas estâncias 150 a 153, a voz aconselha o rei a favorecer cada vassalo conforme o seu ofício, de maneira que ele “tome antes aviso dos experimentados, dos que veem as realidades, e não de padres ensimesmados, ou daqueles moços que tão-somente (como ele próprio) fantasiam, sonham, imaginam” (SÉRGIO, 1977, p. 36):

Todos favorecei em seus ofícios,
 Segundo tem das vidas o talento:
 Tenham religiosos exercícios
 De rogarem por vosso regimento,
 Com jejuns, disciplina, pelos vícios
 Comuns; toda ambição terão por vento;
 Que o bom religioso verdadeiro
 Glória vã não pretende, nem dinheiro.

Os cavaleiros tende em muita estima,
 Pois, com seu sangue intrépido e fervente,
 Estendem não somente a lei de cima,
 Mas inda vosso império preeminente:
 Pois aqueles que a tão remoto clima
 Vos vão servir com passo diligente,
 Dous inimigos vencem: uns os vivos,
 E (o que é mais) os trabalhos excessivos.

Fazei, Senhor, que nunca os admirados
 Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses
 Possam dizer que são pera mandados,
 Mais que para mandar, os Portugueses.
 Tomai conselhos só d' exp'rimentados,

Que viram largos anos, largos meses;
Que, posto que em cientes muito cabe,
Mais em particular o experto sabe.

De Formião, filósofo elegante,
Vereis como Aníbal escarnecia
Quando das artes bélicas diante
Dele com larga voz tratava e lia.
A disciplina militar prestante,
Não se aprende, senhor, na fantasia,
Sonhando, imaginando, ou estudando;
Senão vendo, tratando e pelejando. (p. 438- 440)

Dessa forma, conseguimos perceber o posicionamento da voz poética a respeito do seu rei nesse momento, o que ela faz é alertá-lo em relação às más companhias e esclarecer a quem é que ele deveria dar ouvidos. Na primeira estrofe, a voz dirige o alerta aos religiosos, dizendo que o ofício deles consiste em rezar pelo bem do rei e do Estado e que, portanto, D. Sebastião não deveria nomear clérigos para resolver questões políticas. A função desses homens deveria se limitar às orações, regadas a jejuns e disciplina, de modo que, elevando o pensamento ao céu, eles não se inquietassem com as riquezas e a glória do mundo, que, como disse Santa Teresa D'Ávila, “é glória vã.”

Na segunda estrofe, isto é, na estância 151, a voz faz referência aos cavaleiros e soldados de Portugal. A esses, D. Sebastião deveria estimar muito, porque eram eles os responsáveis por, com fervor, expandir tanto a “lei de cima”- a religião católica- quanto o império português. Além disso, eram aqueles que venciam o inimigo homem e, também, os trabalhos árduos, que eram os inimigos mais perigosos, já que levavam muitos à morte. Em relação a esse alerta, Sérgio (1977), vai falar que, à época, D. Sebastião vivia na fantasia, sonhando, imaginando, estudando as *Vidas* de Carlos Quinto e do príncipe dos Epirotas, como fica evidente na estância 153. Assim, desprezava os avisos da gente séria, experimentada, dos sábios cavaleiros das praças da África.

Sobre os cavaleiros serem gente séria e experimentada, a voz fala também. Na estância seguinte, ela aponta que os conselhos devem vir somente dessas pessoas, que, vivendo “largos anos, largos meses”, viram mais batalhas e são mais experientes. E completa: “Que, posto que em cientes muito cabe,/ Mais em particular o experto sabe.”, ou seja, o rei deveria confiar mais nos cavaleiros- mais expertos, pela experiência, nos casos particulares de guerra- do que nos estudiosos- ainda que neles coubesse muita ciência. Afinal de contas, o estudo deve ser

completado pela prática. E isso a voz poética evidencia pelo exemplo dado na estância seguinte.

Na última estância que iremos interpretar, a voz camoniana complementa o que havia falado na estrofe anterior e exemplifica a sua máxima com a história do general Aníbal⁸. Nos versos, temos que o general escarnecia de Formião, e isso se deu porque, tendo Aníbal entrado na escola de Formião, o filósofo interrompeu o que falava para enaltecer o general, pronunciando um discurso sobre a ciência militar. Como consequência, ao perguntarem a Aníbal o que tinha achado do discurso, o general responde dizendo que, se na guerra fizesse o que o filósofo diz, não mereceria o nome que tinha, já que não ousaria dar ordens a um exército sem ter o inimigo à vista. Com esse exemplo, finaliza a voz poética o alerta ao rei, dizendo que a disciplina militar não se aprende na fantasia, nos livros, mas vendo e praticando. Diante disso, António Sérgio afirma o princípio de Camões: “Ver! Ver ‘claramente visto’ ” (SÉRGIO, 1977, p. 37). Isso porque ele insistiu no valor dos experientes, dos que “veem e dos que viram”, dirá o autor, justamente aqueles a quem D. Sebastião tanto desprezava, chamando de loucos.

Conforme também aponta Sérgio (1977), os religiosos do rei aprofundavam o espírito nas razões subidas, mas isso não bastava; os virtuosos também eram insuficientes, porque, para os negócios do mundo, cumpria ter “visto, tratado e pelejado”; o estudo, por sua vez, também não funcionava, porque podia esclarecer apenas a determinação dos fins, de forma que desconhecia os meios de realização. Dessa maneira, aqueles a quem o rei deveria escutar eram os cavaleiros experientes, que, pela prática da guerra e pelo tempo vivido, sabiam “o como, o quando, e onde as coisas cabem”.

Posto isso, entendemos que o sentimento da voz poética nesse momento, assim como o de todos os portugueses e, inclusive, da rainha, é de medo das ações do rei, que determinariam a história do país e o futuro dos portugueses. Pelo modo como a voz dialoga com D. Sebastião, percebemos que o incentivo fervoroso da dedicatória é substituído pelo alerta temeroso de que o rei piorasse a situação do país. A voz do poema já havia manifestado o seu desapontamento com a pátria, agora, a ação de D. Sebastião determinaria a queda ou o soerguimento do reino.

⁸ Aparece algumas vezes ao longo do canto de Camões. Foi um general cartaginês e é considerado um dos maiores estrategistas militares da história.

No fim, o que aconteceu, como vimos no capítulo anterior, foi a queda. D. Sebastião não deu ouvidos a quem quer que o alertasse e caiu, levando todo o império português junto. Então, dois anos após a derrota em Alcácer-Quibir, Camões morre, dando razão à afirmação do historiador:

Acabavam ao mesmo tempo, com a pátria portuguesa, os dois homens – Camões, D. Sebastião – que nas agonias dela tinham encarnado em si, e numa quimera, o plano de ressurreição. Nesse túmulo que encerrava, com os cadáveres do poeta e do rei, o da nação, havia dois epitáfios: um foi o sonho sebastianista; o outro foi, é, o poema d'*Os Lusíadas*. A pátria fugira da terra para a região da poesia e dos mitos. (MARTINS, 2010, p. 230).

5 O ENCOBERTO: PESSOA E O D. SEBASTIÃO MÍTICO

“O mito é o nada que é tudo”

Fernando Pessoa

Fernando Pessoa, diferentemente de Camões, viveu muitos anos depois de D. Sebastião, mais especificamente, três séculos após a sua morte. Pessoa nasce quando o mito já se tornou parte da alma portuguesa de tal forma que o português só é considerado português se for sebastianista, como diz ele mesmo; consequentemente, o poeta possui uma relação simbólica com a pessoa de D. Sebastião.

Para a interpretação do mito na literatura de Pessoa, escolhemos os poemas da obra *Mensagem*, única publicada por Fernando Pessoa ortônimo. Nos poemas que interpretaremos – “O desejado”, “O encoberto” e “D. Sebastião” – veremos serem reveladas diferentes figuras de D. Sebastião, isto é, diferentes modos de reconhecimento do mito sebastianista, os quais estarão evidenciados nos subcapítulos do texto. Estando a pessoa de D. Sebastião contida no mito, não mais no ser histórico, como vimos em Camões, a sua existência é um mistério. Assim, nas interpretações, veremos o diálogo tornar-se uma espécie de guia, já que, para entrar em contato com a figura de D. Sebastião, fez-se necessário convidar o mito para conversar.

Outro ponto a ser observado é a diferença entre os textos de Camões e de Pessoa. Ambos abordam o tema de maneiras diferentes e possuem motivações extremamente particulares para a sua escrita, o que nos levou a processos interpretativos distintos.

5.1 O Messias

O primeiro poema que interpretaremos é o “O desejado”, no qual, como será evidenciado pela interpretação, encontramos a figura de um D. Sebastião salvador, o Messias dos portugueses:

Terceiro/ O desejado

Onde quer que, entre sombras e dizeres,
Jazas, remoto, sente-te sonhado,
E ergue-te do fundo de não seres
Para teu novo fado

Vem, Galaaz, com pátria, erguer de novo,
 Mas já no auge da suprema prova,
 A alma penitente do teu povo
 À Eucaristia Nova.

Mestre da Paz, ergue teu gládio ungido,
 Excalibur do Fim, em jeito tal
 Que sua Luz ao mundo dividido
 Revele o Santo Gral! (PESSOA, 2019, p. 63)

A fim de compreender este primeiro poema, tomemos, como ponto de partida, a ideia que carregam os verbos dispostos nele. Pelo modo e tempo em que estão conjugados, podemos traçar uma primeira ideia para a nossa linha de interpretação, essa diz respeito ao diálogo que o texto faz entre o eu do poema e um outro enigmático, o qual se desenvolverá, ao longo dos versos, como uma espécie de invocação. É por meio dessa invocação que chegaremos à constatação de que é o poema mesmo que trará à luz o ser que o intitula.

Já na 1ª estrofe da invocação, identificamos duas petições feitas a um alguém. A primeira delas consiste no sentir-se sonhado, configurando, dessa maneira, um anseio da voz poética pelo invocado. Com essa súplica, tecemos uma primeira proposição a respeito do título do poema: desejado, porque era essa a maior característica do ser invocado; o artigo definido complementa a ideia de que era um ser específico, realçando um gênero. Se adentrarmos na essência da poética pessoana, entenderemos ser plausível, ainda, a extensão dessa proposição ao *eu* do poema, que também desejava um salvador.

A nota biográfica de Pessoa evidencia esse aspecto ao serem descritas as suas crenças particulares: “Partidário de um nacionalismo mítico, de onde seja abolida toda infiltração católica-romana, criando-se, se possível for, um sebastianismo novo, que a substitua espiritualmente, se é que no catolicismo português houve alguma vez espiritualidade.” (PESSOA, 1935, grifo nosso). Para entender o sebastianismo novo de que Pessoa fala, é importante termos em mente o nacionalismo que o poeta almejava. Para ele, tudo aquilo que não tivesse origem em Portugal, impregnava a alma portuguesa de agregados espúrios. Assim, como a religião católica teria vindo de Roma, era necessário que ela fosse substituída por uma religião local, nesse caso, o sebastianismo. Por isso, sebastianismo novo, já que o mito, pela forma como havia se desenvolvido, possuía influências do catolicismo.

Seguindo essa linha de pensamento, Pessoa acreditava, então, que os portugueses precisavam entregar-se à sua própria alma, encontrando, nela, a sua tradição. Para isso, era necessário quebrar com Roma, a fim de que no sentimento patriótico não houvesse elemento que não fosse português. O poeta afirmava convictamente: “se há que haver religião em nosso patriotismo, extraíamo-la desse mesmo patriotismo. Felizmente temo-la: o sebastianismo.” (PESSOA, 1979, p. 179). Percebemos, assim, que o homem invocado na primeira petição era alguém que deveria assumir o papel de salvador da nação, enquanto centro de uma nova religião.

A segunda petição, importante ponto da nossa interpretação, apresenta o que iremos denominar de 1º ato da invocação, prefigurado pelo verbo erguer e concretizado na elevação do homem à existência, com a finalidade de fazê-lo assumir o seu grande destino. Esse 1º ato é encontrado nas palavras dos dois últimos versos da estrofe: “ergue-te do fundo de não seres/ Para teu novo fado”. Nele, é evidenciado o *modus operandi* do poema, que, como colocado anteriormente, traz à luz um homem que passa a existir justamente por ser convocado pela voz poética. A expressão “do fundo de não seres” também chama a atenção pela relação que estabelece entre os termos “fundo” e “não ser”, já que nos remete ao mais profundo da não existência, como que configurando a longa distância entre o sujeito poético e o eu enigmático. O 1º ato se encerra ao expor seu objetivo final: o novo destino do desejado, o qual será esmiuçado nos atos seguintes.

Seguindo para a 2ª estrofe, nos deparamos com o 2º ato da invocação, que consiste na elevação que o invocado está incumbido de realizar após vir à existência, ou seja, a 1ª missão do herói convocado. Ao ler o primeiro verso da estrofe, é notado o nome Galaaz, o qual denomina o homem invocado, mas que, para além disso, desenha a primeira imagem de um alguém que acabou de subir ao raso- que passou do não ser à existência. Sabe-se que a figura de Galaaz é conhecida por ser lendária, já que ele foi um dos mais respeitáveis cavaleiros da Távola Redonda. Em relação ao personagem, consideraremos as suas características marcantes, as quais revelam muito sobre o homem que estamos desvendando.

Caetano, Teodoro e Botton (2012) afirmam que Galaaz simboliza o herói medieval por meio da sua castidade, pureza de alma e caráter superior. Afinal, não é outro, senão ele, o escolhido para vencer a demanda e receber a recompensa do Santo Graal, “cálice em que José de Arimatéia teria colhido o sangue de Cristo antes de sepultá-lo.” (CAETANO; TEODORO;

BOTTON, 2012) e, não por acaso, nome que encerra este poema. Considerando as qualidades do cavaleiro e o contexto das lendas arturianas, não se pode deixar de notar, ainda, o messianismo evidenciado pela figura de Galaaz, tema que também desponta no poema.

Ao dar continuidade ao 2º ato de que falamos, aparecem-nos os termos “alma penitente” e “Eucaristia”. Tais palavras, de cunho religioso, evocam o caráter messiânico que observamos no parágrafo anterior, o qual, mais uma vez, aponta para um salvador, já que é esse mesmo o significado da palavra messias, da qual deriva o messianismo. Retomando a ideia do 2º ato, isto é, a elevação a qual o herói convocado é destinado, pelo próprio poema, a realizar, ou, em outras palavras, a sua 1ª missão, temos que aquilo que deve ser elevado pelo salvador é a alma de um povo, mas não de qualquer povo. O poema professa que o povo que deve ser elevado é de posse do herói e, além disso, a alma é uma alma que sofre, que vive em penitência.

Conforme Chevalier e Gheerbrant (2009), a alma é a parte de um ser vivente, a qual sugere uma força sobrenatural, um espírito. Tem-se, então, a alma como a parte do povo que carece de algo que ultrapassa a razão humana e que está sofrendo. O ápice do 2º ato é também o destino final dessa alma, a sua força sobrenatural: a Eucaristia. Advinda do grego, a palavra *eukharistia* significa ação de graças e é, para os cristãos católicos, o centro da religião, “fonte e ápice de toda a vida cristã.” (CIC, 2000, n. 1324). Com isso, pode-se dizer que o 2º ato diz respeito à missão do salvador de elevar a alma do povo de uma pátria inteira, o poema afirma, ao seu grande fado- aquilo que lhe fará render graças, mais uma vez, tirando-a do sofrimento, e sem o qual ela não se sustenta.

Chegamos, enfim, ao 3º ato da invocação. Nessa estrofe, veremos tomarem forma os apontamentos que fizemos até aqui. Ao iniciar a leitura do primeiro verso da última estrofe, aparece-nos a expressão “Mestre da Paz”, um outro termo que nomeará o homem desejado, formando a sua segunda imagem. Sendo uma das características atribuídas ao Messias dos cristãos, que é o próprio Cristo, essa expressão é outra muito utilizada no contexto religioso. Aqui, veremos confirmado o messianismo do poema, que o faz tomar, por fim, a forma de profecia.

A petição do 3º ato estende a do 2º e apresenta uma nova missão ao homem que agora existe. Nesse parágrafo, o erguimento não é mais de um homem ou de um povo, mas de um objeto, uma espada. A espada que deve ser erguida, no entanto, não é qualquer espada, é uma

espada ungida, a renomada Excalibur, espada do Rei Artur, que estava cravada em uma pedra. Da espada, o que nos interessa é o fato de também ter sido utilizada por Galaaz, a primeira imagem do homem convocado. Levando isso em consideração e lembrando dos dizeres da pedra em que estava cravada a Excalibur, a imagem do salvador é complementada: “Agora, saíste que por esta espada será conhecido o melhor cavaleiro do mundo, porque esta é a prova pela qual se há de saber; e nenhum, se não for o melhor cavaleiro do mundo, poderá sacar a espada desta pedra” (MEGALE, 2008, p.25 *apud* CAETANO; TEODORO; BOTTON, 2012, p. 220).

Assim, chega-se à formação de uma imagem do ser que é invocado: ele é puro e casto, assim como o foi Galaaz, é um cavaleiro digno de utilizar a Excalibur e, como evidencia o título do poema, pessoas almejam a sua presença, o que lhe confere o caráter de messias. Entretanto, o poema não termina aí. Há, ainda, a 2ª missão, talvez a mais importante, que o cavaleiro deve cumprir: revelar ao mundo, por meio da Luz de sua espada, o Santo Graal. São os dois últimos versos do poema, mas por que a invocação acaba aí? Afinal, o que significa revelar o Santo Graal? Por que é essa a última missão? Essas são as perguntas que nortearão o final da nossa interpretação.

Como vimos anteriormente, o Santo Graal se trata do cálice em que José de Arimateia recolheu as gotas do sangue de Cristo, o mesmo utilizado na Santa Ceia. Além disso, o Santo Graal era a recompensa dos homens bons, “pois tinha o poder de curar e operar diversas maravilhas, produzindo no homem que o contemplava uma plenitude incalculável de felicidade.” (CAETANO; TEODORO; BOTTON, 2012). Assim, a missão do invocado não era meramente erguer a pátria portuguesa, reestruturar o seu povo; mas também, e principalmente, revelar, por meio da espada, se necessário fosse, a felicidade verdadeira ao mundo, de forma que este, antes dividido, se tornasse um só. Aí está a concretização do poema, da invocação e da profecia, mas não só: aí está o desejo de um Quinto Império.

O poema, que se estrutura em uma invocação, é que revela aquele que o nomeia: Dom Sebastião. Ao longo dos seus versos, vemos revelada a profecia a respeito desse homem, a qual tomou forma antes mesmo do seu nascimento: a recuperação da glória portuguesa e a instauração de um Quinto Império. Além disso, acreditamos não ser por acaso a organização da estrutura do poema em três estrofes e o uso de palavras como “erguer” e “novo (a)” por três vezes no decorrer do texto. O número três, de acordo com Chevalier e Gheerbrant (2009),

representa a totalidade, é a perfeição da unidade de Deus para os cristãos, já que Ele é Um em três Pessoas. Além disso, “os Reis Magos são três: simbolizam, observa Guénon, as três funções do Rei no Mundo, atestadas na pessoa do Cristo que nasce: Rei, Sacerdote e Profeta.” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009, p. 899).

Desse modo, em três estrofes e por meio de três elevações o sujeito poético finaliza a sua invocação, revelando a imagem de um rei, sacerdote e profeta, Dom Sebastião. No poema, Dom Sebastião é um em três: o protagonista das profecias de Bandarra, o qual jaz entre sombras e dizeres; o salvador da pátria portuguesa, assim como o cavaleiro arturiano; e o herói do Quinto Império, com o título de Mestre da Paz. O desejo de Pessoa e, analogamente, do português do séc. XX, desponta no poema: a renovação de Portugal e do patriotismo do homem português. Para isso, é invocado um Messias.

5.2 O Cristo

De Messias, D. Sebastião passa a Cristo: o Messias dos messias. Essa figura é revelada no poema “O encoberto”, o qual interpretaremos a seguir:

Quinto/ O encoberto

Que símbolo fecundo
Vem na aurora ansiosa?
Na Cruz Morta do Mundo
A Vida, que é a Rosa.

Que símbolo divino
Traz o dia já visto?
Na Cruz, que é o Destino,
A Rosa, que é o Cristo.

Que símbolo final
Mostra o sol já desperto?
Na Cruz morta e fatal
A Rosa do Encoberto. (PESSOA, 2019, p. 65)

De maneira diferente do que ocorre em “O desejado”, neste poema, veremos o diálogo se desenvolver por meio de perguntas e respostas. Aqui, podemos entender a construção do poema como um monólogo, em que o sujeito poético é, ao mesmo tempo, aquele que

pergunta e responde. Além disso, o número três se torna instrumento, mais uma vez, de materialização dos significados do poema, o que norteará a nossa interpretação.

Na primeira estrofe, a voz poética faz a sua 1ª indagação em torno de um símbolo, termo que aparecerá também nas interrogações 2 e 3. Tendo isso em vista e a fim de consolidar a nossa interpretação, consideremos a observação que Northrop Frye faz a respeito desse termo:

Em literatura jamais temos somente as ovelhas que mordiscam a grama ou somente as flores que desabrocham na primavera- há sempre alguma razão literária para usá-las, isto é, há sempre um elemento da vida humana que encontra nelas alguma correspondência, semelhança ou representação. Essa correspondência entre o natural e o humano é um dos significados da palavra *símbolo*. Pode-se dizer então que, quando o escritor usa uma imagem ou um objeto do mundo ao seu redor, ele o torna um símbolo. (FRYE, 2017, p. 57)

Assim, entendemos que, para Frye, o símbolo é a representação de um assunto da vida humana, por meio de elementos do mundo natural. Compreende-se, então, que o que a voz poética indaga é que tipo de correspondência, utilizando as palavras de Frye, surge no princípio- aurora- do dia. Além disso, o símbolo é caracterizado como fecundo, o que nos leva a imaginar que ele gera, produz algo. A revelação da palavra, que é o símbolo, será encontrada na resposta dada nos dois versos seguintes.

Conforme colocado pelo poema, o símbolo do princípio é a Vida, que é, também, Rosa. Aqui, as palavras são simbólicas, o que nos faz entender a Rosa como correspondência, de acordo com Chevalier e Gheerbrant (2009), da taça que recolhe o sangue de Cristo, o Santo Graal que vimos no poema anterior. Dessa maneira, podemos compreender a semelhança que a voz poética estabelece entre a Rosa e a Vida, já que a Rosa é a representação do cálice da vida, que proporciona a felicidade. No entanto, a Rosa não vem sozinha, ela está cravada em uma Cruz, morta e do mundo.

A Cruz complementa a simbologia da Rosa e aponta para uma ordem mística: a Rosacruz. É o emblema dos Rosacruz que ilustra o símbolo da Rosa, colocando- a “no centro da cruz, isto é, no lugar do coração de Cristo, do Sagrado Coração.” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009, p. 788). Considerando isso, chegamos ao 1º elemento da vida humana representado pela Rosa: o coração de Jesus Cristo.

Na segunda interrogação, o símbolo deixa de ser fecundo e assume o adjetivo “divino”. Além disso, ele não vem mais na aurora do dia; é o dia, já visto, que o traz, isto é, ele não surge em algo, mas é carregado durante um momento já conhecido, que já passou. A resposta à pergunta gira, novamente, em torno dos símbolos da Rosa e da Cruz. Agora, no entanto, a Rosa, que antes havíamos interpretado como o coração de Cristo, é equiparada a Ele próprio. Por outro lado, a Cruz, em que ela vem cravada, não é mais morta e mundana, mas, sim, o destino.

Chevalier e Gheerbrant (2009 *apud* CHAMPEAUX; STERCKX, 1996) declaram que “a cruz é o mais totalizante dos símbolos”. Dessa forma, considerando o contexto do poema, nos apropriamos de um dos usos que esse símbolo pode assumir:

A tradição cristã enriqueceu prodigiosamente o simbolismo da cruz, condensando nessa imagem a história da salvação e a paixão do Salvador. A cruz simboliza o Crucificado, o Cristo, o Salvador, o Verbo, a segunda pessoa da Santíssima Trindade. Ela é mais que uma figura de Jesus, ela se identifica com sua história humana, com a sua pessoa. (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009, p. 310).

Logo, na interrogação 2, a Cruz, como destino do Cristo, não é somente símbolo da morte, mas também, retomando a tradição cristã, de salvação e, por extensão, de ressurreição. A própria construção do poema também vai dar sentido ao símbolo dessa indagação, já que revelará o nome da segunda pessoa da Santíssima Trindade na estrofe número dois, a qual compreende a segunda pergunta.

A pergunta 3, que encerra o diálogo, atribui ao símbolo, como característica, a palavra “final”. O sol, que na 1ª indagação estava apenas com os primeiros raios aparentes e na 2ª já havia desaparecido, é, agora, radiante, visto que “já desperto”. O símbolo, por sua vez, não vem nos raios, nem é somente trazido pelo dia, a claridade do sol desperto é que o revela.

Dessa vez, a resposta à pergunta aponta para o título do poema e a Rosa já não é assemelhada a um elemento, pois a voz poética confere a ela um senhor: o Encoberto. De maneira direta, é feita, nesse momento, uma referência a D. Sebastião, o qual é denominado dessa forma nas profecias. Resgatamos uma delas, em especial, que foi transcrita pelo próprio Pessoa e que possui algumas semelhanças com esse poema:

S. Dâmaso Português

1.
Depois de se ter passado
Os noventa mais vereis
Vir aquele desejado
Que há-de fundar novas leis.
- 2 .
Verá o Leão fatal
Que de Portugal lhe vem
O que lhe há-de fazer mal,
Aquele escondido Rei.
3.
Aquela manhã chuvosa
Com névoa muito escura
Verá de Deus a figura
Fazer Lisboa ditosa.
4.
Névoa já é levantada
Lá junto do meio-dia;
Haveis de a ver descoberta
A oitava maravilha. (PESSOA, 1979, p. 141-142, grifo nosso)

Essa profecia, em forma de poema, é de São Dâmaso, poeta português, que foi papa da Igreja Católica e viveu no século IV. Os trechos que grifamos parecem se relacionar ao que é dito pela voz poética nessa terceira interrogação do poema, de forma que pode-se fazer associações entre a Rosa e Deus, o Encoberto e o escondido Rei- D. Sebastião- e a névoa do meio-dia e o sol já desperto. Além disso, no terceiro símbolo, a Rosa também está cravada na Cruz, mas esta é, nesse momento, morta e fatal, assim como o Leão da profecia.

Sabendo que a Rosa, símbolo protagonista do poema, tem relação com o rei, e que o título diz respeito a um dos nomes atribuídos a ele, entendemos que o símbolo presente nas perguntas feitas pela voz poética se encerra em uma pessoa só: Dom Sebastião. Dessa forma, as três interrogações dispostas neste formato e nesta quantidade não foram assim escolhidas por coincidência, já que, baseando-se nos pontos da profética do Bandarra e conforme disse Raphael Baldaya, heterônimo de Pessoa, “a interpretação profética é sempre tripla.” (PESSOA, 1979, p. 180). À vista disso, temos, no poema, três momentos da profecia sebastianista: i) o nascimento de D. Sebastião; ii) a batalha de Alcácer-Quibir; e iii) o seu regresso a Portugal.

Como já vimos, o símbolo, na primeira estrofe, é fecundo, fértil, está pronto para oferecer muitos frutos, o que corresponde ao nascimento do rei. Além disso, o símbolo vem

na aurora, que é o princípio do dia, mas também o horário do nascimento do rei, conforme os versos dispostos na biografia de D. Sebastião, por Luiz de Magalhães:

De repente, porém, uma janella
D'esse terraço, abriu-se: atravez d'ella.
Esplende vasta camará ogival.
E um velho, então, de barba veneranda.
Clamou, solemne e grave, da varanda:
<< Pelo herdeiro d'El Rei! Real! Real! >>

Súbito, um brado unisono rompeu
D'aquella multidão. No largo céu,
Dissipavam-se as nuvens levemente. . .
E, por sobre a cidade, o Tejo e o mar,
Apareceu no espaço, a fulgurar,
O sol, como um broquel resplandecente! (MAGALHÃES, 1898, p. 30-31)

Desse modo, o primeiro símbolo, fecundo e que vem junto com a aurora, isto é, o coração de Jesus Cristo é, também, o coração d'El- rei Dom Sebastião, já que ele é o Messias dos portugueses. Assim como Jesus Cristo nasce para salvar um mundo morto pelo pecado, o rei nasce para libertar a nação portuguesa, a qual se encontrava morta pelo medo da submissão à Espanha.

O segundo símbolo é divino, isto é, procede de Deus, o que sugere a predestinação da figura de Dom Sebastião como um salvador vindo do céu. Agora, o símbolo é trazido por um dia já visto, isto é, que está no fim. De forma análoga, Dom Sebastião “morreu” em Alcácer-Quibir em um final de tarde.

Levando isso em consideração, a Rosa da segunda resposta, a qual vimos ser o Cristo crucificado e, por extensão, ressuscitado, é imagem de Dom Sebastião morto e, ao mesmo tempo, confirmação do seu fado. O próprio Pessoa, em seus textos políticos, escreve sobre o fado, dizendo ser, para a alma portuguesa, o olhar de desprezo de Portugal ao Deus em que creu e o abandonou. No mesmo escrito⁹, ele assegura que, no fado, os deuses regressam legítimos e longínquos e que, por essa razão, é esse o segundo sentido da figura de D. Sebastião. Mais uma vez, parece haver uma confirmação entre o símbolo e a configuração do poema: o segundo sentido da figura de D. Sebastião é o segundo símbolo do poema, que aparece na segunda estrofe.

⁹ Um dos textos políticos da obra *Sobre Portugal: introdução ao problema nacional*, intitulado “O fado e a alma portuguesa”, publicado, originalmente, em um jornal de Lisboa.

Por fim, vimos que o símbolo que encerra o diálogo é final, ou seja, o último, e, ainda, revelado no sol que já nasceu, o que remete ao ressurgimento de D. Sebastião, tanto pela relação que estabelece entre o fim- morte- e o início- vida- de um novo dia quanto pelo horário em que o rei retornará, descrito na profecia de S. Dâmaso. A resposta à pergunta comprova o retorno do rei ao dizer que o símbolo revelado é a Vida (Rosa) do Encoberto. No entanto, a Cruz é, novamente, morta. Em relação a isso, Gebra (2006) diz que, para a Ordem Rosacruz, com a qual Fernando Pessoa possuía proximidade, a cruz equivale aos fardos do corpo humano, enquanto a rosa é semelhante à alma em evolução. Assim, ao dizer “Na Cruz morta e fatal, / A Rosa do Encoberto, o eu lírico (...) retoma a questão da cisão de D. Sebastião: seu corpo está morto, mas sua alma trará o ‘Santo Gral’.” (GEBRA, 2006, p. 139).

Assim, chegamos a uma segunda figura de D. Sebastião, a de Cristo dos portugueses- o único Cristo possível para Pessoa- aquele que nasce com o destino de salvar a pátria portuguesa, morre tentando expandir o reino e a fé, e ressuscita, vivendo na alma do povo português para sempre. Neste segundo poema, encontramos uma continuação do D. Sebastião que é desejado no primeiro. Fernando Pessoa desvenda, gradativamente, o homem que daria origem ao sebastianismo novo, mostrando-o, em primeiro lugar, como o salvador do nacionalismo português; depois, como o próprio Cristo dessa religião; e, por fim, como o ser que deu origem ao mito. É essa última figuração de D. Sebastião que interpretaremos a seguir.

5.3 O mito

Até agora, vimos a figura de D. Sebastião se erguer da não existência de duas formas, como Messias e como Cristo. No entanto, essas duas existências de D. Sebastião só foram possíveis, porque, antes de tudo, ele se tornou mito. Neste último subtópico, nos deteremos a interpretar o poema em que ele é manifestado como tal:

Primeiro/ D. Sebastião

Esperai! Caí no areal e na hora adversa
Que Deus concede aos seus
Para o intervalo em que esteja a alma imersa
Em sonhos que são Deus.

Que importa o areal e a morte e a desventura
Se com Deus me guardei?

É O que eu me sonhei que eterno dura,
É Esse que regressarei. (PESSOA, 2019, p. 60)

Neste poema, a voz poética, como evidenciado pela conjugação dos verbos e uso dos pronomes, é Dom Sebastião. O título é, então, o nome da voz que fala no poema. Mais uma vez, o texto poético se desenvolverá em formato de diálogo, o qual acontece entre o rei e o seu povo, sendo iniciado, inclusive, com uma ordem.

No primeiro verso do poema, nos deparamos com uma ordem do rei para os seus súditos, o povo de Portugal. A ordem é clara e traça um elo com o retorno de Dom Sebastião à pátria. “Esperai!”, é o que ordena a voz poética. No decorrer dos versos, encontra-se a justificativa do rei para essa ordem e, também, a sua promessa ao povo.

Ainda no primeiro verso, veremos o início da justificativa de D. Sebastião para a sua ordem, a qual compreende toda a primeira estrofe. Nela, o salvador dos portugueses irá explicar o seu desaparecimento em Alcácer-Quibir, usando termos como “areal” e “hora adversa” para se referir ao lugar em que desapareceu e à batalha que travou, respectivamente. Ainda, a “hora adversa” parece corresponder à provação que Deus permite ao homem, já que, no verso seguinte, o rei atribui a sua “queda” à providência divina: “Que Deus concede aos seus.” No entanto, quem são esses a quem a hora adversa é concedida? Quem são esses que pertencem a Deus?

Considerando que D. Sebastião era católico, entendemos que o pronome “seus” se refere aos indivíduos que, pelo sacramento do batismo, deixam de ser apenas criaturas e passam a ser filhos de Deus. Dessa maneira, o desaparecimento de D. Sebastião é uma provação de Deus, que concede horas adversas àqueles que, pelo batismo, se tornam seus filhos, a fim de testar a sua fê, isto é, “Para o intervalo em que esteja a alma imersa/ Em sonhos que são Deus”. Como extensão, a “hora adversa” é concedida aos portugueses, visto que, a partir da derrota em Alcácer-Quibir e do desaparecimento do seu rei, em 1578, Portugal entra em crise e perde a independência.

Nesse sentido, Pessoa, ao escrever, em seus textos políticos, sobre o sebastianismo, equipara D. Sebastião a Portugal:

No sentido simbólico D. Sebastião é Portugal: Portugal que perdeu a sua grandeza com D. Sebastião, e que só voltará a tê-la com o regresso dele, regresso simbólico-

como, por um mistério espantoso e divino, a própria vida dele fôra simbólica- mas em que não é absurdo confiar. (PESSOA, 1979, p. 202)

O intervalo diz respeito, então, ao tempo necessário para a ressurreição de Portugal, que só acontecerá com o retorno de D. Sebastião. Em relação a isso, o próprio fado é um episódio de intervalo, o qual foi formado pela alma portuguesa quando não existia e desejava tudo sem ter força para o desejar, diz Pessoa (1979). Assim, o intervalo não é nada mais do que a profecia em torno do mito de D. Sebastião, que tem o poder de criar e alimentar a alma portuguesa, fazendo-a “alma imersa/ Em sonhos que são Deus”.

Na segunda estrofe do poema, a voz poética faz uma pergunta retórica, na qual, desprezando a provação, deposita a confiança em Deus. Manifesta-se a promessa do rei, que não se importa com a morte ou a desventura, já que está guardado com Deus, vivo na alma portuguesa. Com isso, nos deparamos com um rei “no estágio embrionário para nascer de novo, nascer enquanto Dom e Graça e não enquanto matéria”. (GEBRA, 2006, p. 137). De maneira análoga, o que importará para o rei será a sua figura enquanto símbolo de uma nação.

O poema é finalizado com a promessa do rei: “É O que eu me sonhei que eterno dura/ É Esse que regressarei”. É revelado o verdadeiro sentido da ordem dada no início do diálogo, o intervalo acaba e a espera se cumpre no regresso do rei. Vemos, no quarto verso da segunda estrofe, a renovação do mito enquanto identidade do povo português. D. Sebastião sonha dentro do sonho, já que é sonhado pelo destino e por ele mesmo. Enquanto ser humano, ele era a esperança de um povo de “alma penitente”, mas o que permaneceu foi o seu símbolo. O sonho que dura eternamente não é de um D. Sebastião Messias, somente, mas, principalmente, de uma pátria gloriosa e poderosa. É esse o regresso que a alma portuguesa deseja.

Nos seus escritos sobre o sebastianismo, Pessoa (1979) explica essa questão ao defender que a alma, enquanto imortal, desaparece e torna a aparecer onde é evocada por meio da forma. Isso quer dizer, diz ele, que morto o corpo de D. Sebastião, se nós conseguirmos evocar algo em nós que se assemelhe ao que era D. Sebastião, de fato o teremos evocado e essa alma entrará para a forma que evocamos. Assim, da mesma forma que com D. Sebastião morreu a grandeza da Pátria, “se a Pátria tornar a ser grande, voltará, *ipso facto*, D. Sebastião, não só simbolicamente falando, mas realmente”. (PESSOA, 1979, p.

197). O que confirma a constatação de Gebra sobre o nascimento de D. Sebastião como Dom e Graça, não matéria.

Isso posto, podemos concluir que, nesse poema, a visão da voz poética sobre ela mesma, isto é, sobre D. Sebastião, é resumida na natureza do mito, que se renova eternamente na alma portuguesa. Encerram-se, então, as três figuras de D. Sebastião para a voz pessoana. O homem, que antes fora rei, era, agora, o mito eternizado na alma do português, mito esse que era a única religião possível e que possuía, portanto, como Messias e Cristo, D. Sebastião.

6 AS CONCORDÂNCIAS, DISSONÂNCIAS E ATUALIZAÇÕES DO MITO

“Todo o português que não é sebastianista é um traidor”
Fernando Pessoa

Após interpretarmos a figura de D. Sebastião e a manifestação do mito sebástico nos poemas de Camões e de Pessoa, iniciaremos a comparação entre as visões dos poetas, de modo que possamos encontrar as concordâncias e dissonâncias entre eles e, ainda, identificar as atualizações desse mito entre os séculos XVI, XX e XXI. Para isso, consideramos a sociedade em que cada poeta estava inserido, os seus ideais políticos e religiosos e a concretização do mito no imaginário português.

O primeiro ponto que precisamos observar ao comparar a manifestação do mito nas literaturas de Camões e Pessoa é o período em que cada um deles viveu. Como vimos nos capítulos anteriores, Camões foi contemporâneo de D. Sebastião, vivendo em um período em que o mito ainda estava em construção, materializando-se, por exemplo, nos acontecimentos misteriosos que envolveram o seu nascimento. Pessoa, por outro lado, nasceu em uma sociedade portuguesa já tomada pelo misticismo e pelo sebastianismo, uma sociedade que aguardava o retorno do homem que havia desaparecido na África. D. Sebastião, que antes fora rei e, portanto, parte da história de Portugal, era, agora, um ser mítico.

Por consequência, o ambiente em que os poetas estiveram inseridos influenciou diretamente sobre o modo como cada um deles tratou do tema na sua poesia. À vista disso, Coelho (1983) diz que, n’*Os Lusíadas*, D. Sebastião é um enviado de Deus incumbido de alargar a Cristandade, enquanto que, em *Mensagem*, Portugal é um instrumento de Deus e os heróis, inclusive D. Sebastião, cumprem um destino que os ultrapassa. Assim, vimos, em Camões, um sebastianismo como instrumento de evangelização da Igreja Católica, o que é justificado pelo período da Contrarreforma e, ao mesmo tempo, pelas Grandes Navegações. Para Pessoa, no entanto, o sebastianismo está longe de ser mero instrumento de alguma religião, dado que, para o poeta, ele é a única religião possível.

O próprio Pessoa explica, em seus textos políticos, que o sebastianismo é um fenômeno “ nacional — mais nacional é impossível exigir —, [...] popular, porque ninguém sabe como ele nasceu nem de quem [...] misterioso, porque no mistério está envolto o desaparecimento de D. Sebastião.” (PESSOA, 1979, p. 176). O que corresponde às três

condições que uma religião, para ser socialmente útil, deveria ter, também conforme o que defendia o poeta:

(1) ser nacional, isto é, diferente das religiões de outros países, porque assim apoia-se no patriotismo, o mais radical dos sentimentos sociais, e ao mesmo tempo intensifica-o; (2) ser popular, isto é, quanto possível saída não se sabe donde, formada não se sabe bem como; (3) ser quanto possível susceptível de evolução e adaptação. (PESSOA, 1979, p. 197)

A religião que obedecia a essas três condições só poderia ser o sebastianismo, que além de ser um fenômeno nacional, popular e misterioso, não apenas para Pessoa, como também para toda a alma portuguesa, evoluiu e adaptou-se, quebrando as barreiras do tempo e fazendo-se presente ainda para as almas deste século. De forma contrária ao que o foi para Camões e para os portugueses do século XVI, para os quais o mito, como uma religião nacional, não era uma possibilidade.

Considerando isso, para Camões, bem como para a sociedade portuguesa do séc. XVI, o sebastianismo, enquanto crença mitológica, ainda não existia, mas já era possível identificar alguns misticismos em torno do menino D. Sebastião. Assim, os portugueses passam a depositar as suas esperanças no nascimento e na atuação daquele menino, que, por todos os acontecimentos misteriosos, prometia ser a salvação de Portugal, mas não sem uma ação divina que o precedesse. Por isso, vemos uma dedicatória tão otimista e encorajadora n' *Os Lusíadas*. Todavia, na mesma medida em que Camões deposita toda a sua esperança no rei, começará, anos depois, a alertá-lo. António Sérgio é quem comenta o significado dessa atitude:

[...] os conselhos repetidos de ouvir os expertos, e vários outros, dados directa ou indirectamente pelo nosso poeta nos *Lusíadas* não são meras generalidades de Política e Moral, mas reflexos bem concretos do que sucedia na ocasião [...]. Atrás dos cumprimentos de formalidade, exigidos pela praxe, que eram regra tradicional nas dedicatórias dos poemas (e mais necessários neste caso, para dourar a pílula da advertência)- o verdadeiro pensamento do nosso poeta, a sua atitude perante o rei, não parece difícil de determinar: é a da severa admoestação. (SÉRGIO, 1977, p. 40)

Com isso, podemos compreender que Camões não tinha apenas uma visão apaixonada a respeito de D. Sebastião. Em certa medida, mesmo se identificando com as aventuras do rei, o poeta entendeu a quimera em que se encontrava o seu governante e procurou não somente

alertá-lo, mas, de forma severa, lhe advertiu, como um pai a um filho. Não adiantou. No fim, a maravilha se transfigurou em perdição fatal da nossa idade.

O segundo ponto que observamos em relação à posição do mito dentro dos poemas de Camões e Pessoa são os ideais político-religiosos com os quais os poetas tinham afinidade. No caso de Camões, sabe-se que ele foi católico e um patriota fervoroso, amou a pátria como poucos o fizeram, tanto que, em seu último escrito¹⁰, afirmou ter sido tão afeiçoado a ela que não se contentou em morrer nela, mas com ela. Pessoa, por outro lado, era gnóstico e ocultista, nutrindo afinidade com a Ordem Rosacruz, mas também extremamente patriota. Por isso, podemos enxergar traços evidentes do catolicismo e um incentivo forte à evangelização no poema d'*Os Lusíadas*, da mesma forma que, em *Mensagem*, encontramos uma linguagem majoritariamente simbólica e a relação de figuras do catolicismo com símbolos do movimento Rosacruz.

Além disso, o excesso de símbolos nos poemas de Pessoa também se justifica pela necessidade de dar conta da ausência de D. Sebastião, assim como o incentivo entusiasmado de Camões dá conta de uma ausência do que estava por vir. Como afirmou o crítico, “tanto Camões como Pessoa, cantores da pátria, são poetas da ausência. Poetas do que foi ou do que poderá vir a ser. Dum amor que ou se refugia na memória ou, revigorado, se traduz na vibração de um apelo.” (COELHO, 1983). Assim, enquanto Camões põe num mesmo plano a memória e a esperança, Pessoa transfere a esperança para o sonho, a utopia. Por outro lado, encontramos, nos poemas, a concepção mística e missionária da história de Portugal, o que é um ponto de encontro entre os dois.

Em relação à presença do mito no imaginário português, percebemos que, na sociedade portuguesa do séc. XVI, o sebastianismo já tinha as suas raízes, mas não havia passado pelo estopim que lhe faria irrupção do sagrado no mundo. Em contrapartida, no século XX, temos o sebastianismo como elemento constitutivo do homem português, a esperança de um novo Portugal. Nesse momento, o mito se manifesta de tal forma na sociedade que começa a integrar outras artes, como o cinema e a música, chegando a ser, inclusive, tema de produções artísticas do presente século. A exemplo disso, temos os filmes

¹⁰ “Quem ouviu dizer que em tão pequeno teatro como o de um pobre leito quisesse a fortuna representar tão grandes desventuras? E eu, como se elas não bastassem, me ponho ainda da sua parte; porque procurar resistir a tantos males pareceria espécie de desavergonhamento... E assim acabarei a vida, e verão todos, que fui tão afeiçoado à minha pátria, que não me contentei de morrer nela, mas com ela.” (CAMÕES, 1980)

do cineasta Manoel de Oliveira, os quais retomam o mito sebástico “para questionar o posicionamento de Portugal no âmbito sociopolítico contemporâneo” (PIANCO, 2011, p. 50).

O filme *O quinto império- ontem como hoje*, de 2004, por exemplo, retrata claramente os momentos anteriores à partida para Alcácer- Quibir, de modo que as atitudes quixotescas de D. Sebastião ficam muito evidentes. Na produção cinematográfica, podemos visualizar os avisos de Dona Catarina a seu neto, os conselhos dos homens experimentados e, ainda, a prece que o rei faz no Mosteiro da Batalha, em frente aos túmulos dos homens ilustres que o antecederam. Por meio dos acontecimentos representados, Manoel de Oliveira parece fazer uma interpretação alegórica entre o Portugal do séc. XVI e os conflitos atuais entre as culturas cristã e islâmica, mostrando as razões irracionais que levam o Ocidente a invadir países com crenças diferentes da sua, diz Pianco (2011).

O fato de o mito ainda ser tema de produções artísticas só comprova a sua sacralização e refuta, mais uma vez, a concepção inadequada do mito como história fantasiosa ou falsa, já que ele formou tanto a sociedade portuguesa quanto a brasileira, que, por consequência da colonização, recebeu influências do sebastianismo de tal modo que, ainda hoje, encontramos brasileiros que passam a vida inteira esperando pelo retorno do Encoberto.

Levando isso em consideração, identificamos, em nossas pesquisas, uma ilha, localizada no estado do Maranhão, onde os moradores acreditam fielmente que D. Sebastião mora lá, em um castelo encantado. Essa ilha se chama Lençóis, possui uma população majoritariamente albina e foi assunto de um documentário realizado pela TV Câmara, no ano de 2006. Conforme os relatos do documentário, D. Sebastião vive até hoje em um castelo encantado embaixo da ilha, saindo do seu castelo somente no dia 24 de junho, dia de São João, e aparecendo sob a forma de um touro negro com uma estrela amarela na testa. A população acredita que se alguém desencantar D. Sebastião, a cidade de São Luís será submergida e a ilha de Lençóis permanecerá como a capital do estado.

No documentário, os moradores da ilha também relembram algumas cantigas que fazem parte do folclore local e que fazem referência ao rei Sebastião. Uma delas se chama “Boi do Encoberto” e fala justamente sobre o rei como um touro. Resgatamos aqui a letra dessa cantiga, que, na produção cinematográfica, foi interpretada pelo grupo musical “Casa da Farinha”:

Na praia de Lençóis
Um touro negro apareceu
Ele é Rei Sebastião
E vem brindar o povo seu

Este rei é santo
Foi morar no mar
Vai desencantar
E subir pra nos salvar

O Rei Sebastião
Ele é grande guerreiro
Quando baixa em seu cavalo
Ele estremece o terreiro

Este rei é santo
Foi morar no mar
Vai desencantar
E subir pra nos salvar (CASA DA FARINHA, 2006)

Na letra da música, podemos visualizar, mais claramente, a maneira como se manifesta o mito sebastianista para a população de Lençóis. Para eles, D. Sebastião é um rei, um grande guerreiro, que aparece para salvar o seu povo, assim como o é para Portugal. No entanto, ele não aparece em forma humana, mas como um touro. Podemos perceber, então, que o mito mantém as características que teve na sua origem, mas é renovado, em território brasileiro, com a incorporação de elementos do nosso folclore. Com isso, D. Sebastião não é somente um rei, guerreiro e santo, mas um touro negro, semelhante ao boi-bumbá¹¹.

Conforme um dos moradores da ilha, D. Sebastião se transforma em touro, porque “ele tinha duas filhas ou têm, né?! Aí ele se transforma em touro para escolher o homem se tinha coragem pra [...] ele poder desencantar e oferecer a filha dele em casamento pra pessoa que desencantasse ele, que ferisse ele e sangrasse.” (A ILHA de Dom Sebastião, 2006, 24 min). Dessa forma, além do formato de touro, D. Sebastião ganha duas filhas na versão maranhense do mito. E a população de Lençóis vive, geração após geração, aguardando pelo desencantamento de D. Sebastião e a consequente consolidação de Lençóis como a capital do Maranhão.

¹¹ O Bumba meu boi ou boi-bumbá é uma lenda folclórica que conta a história de um casal de negros, escravos em uma fazenda. Conforme a lenda, a mulher estava grávida e com desejo de comer língua de boi. Assim, o marido, para satisfazer o desejo da esposa, mata um dos bois preferidos de seu chefe. O fazendeiro, ao dar falta do boi, manda que saiam à procura dele. Os homens encontram o boi quase morto, mas, com a ajuda de um curandeiro, o animal ressuscita.

Por meio de todas essas manifestações, vemos o mito, do seu surgimento até os dias atuais, se renovar e atualizar de maneiras distintas, assumindo o caráter de religião e até mesmo de folclore, sem perder a sua essência. Assim, ele “se transforma e atualiza toda vez que é contado, pois no rito do conto é que se constitui o mundo e sacraliza o mito.” (LIRA, 2014, p. 12).

Do homem que deu origem ao mito, fica o que está inscrito no seu epitáfio: “se pudermos dar crédito à fama, este túmulo conserva os restos de Sebastião,/ morto nas plagas africanas/ mas não digas que é falsa a opinião dos que acreditam que ele ainda é vivo,/ porque a glória lhe assegura e imortalidade.”

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi nosso objetivo construir uma candeia em torno do sebastianismo, a fim de compreender os significados ocultos dos versos de Camões e de Pessoa. Nesse sentido, descobrimos que a visão de cada um dos poetas a respeito do mito compactua tanto com o momento histórico em que viveram quanto com as suas crenças particulares. Dessa forma, enquanto Camões acompanha o surgimento do mito, Pessoa nasce em uma sociedade que possui como única esperança o Encoberto .

Camões, como vimos, partilhava do espírito aventureiro do rei e enxergava D. Sebastião como um soldado de Cristo, que, além de expandir o domínio português na África, converteria muitos povos ao catolicismo. Pessoa, por outro lado, esperava no retorno de um D. Sebastião que seria o Cristo dos portugueses e o centro de uma religião só de Portugal. Assim, no lugar do cristianismo, nasceria um sebastianismo novo, que, excluindo todas as influências da religião católica, prometia ser a religião nacional da alma portuguesa. Em comum, os poetas tinham o patriotismo e a concepção mística do país.

Ao comparar as atualizações do mito, vimos também que, por ter sido eternizado na sociedade portuguesa, ele acabou quebrando as barreiras continentais e chegou ao Brasil, como consequência da colonização, sendo manifestado ainda neste século. À vista disso, a ilha de Lençóis é considerada a ilha de D. Sebastião e os habitantes dela, seus filhos. O encantamento e o mito se materializam de tal forma na região que são parte integrante da identidade do povo, da mesma forma que em Portugal.

Com as interpretações aqui apresentadas, novas perguntas surgem e o mito se renova mais uma vez. Afinal, quando virá D. Sebastião? O mito deixará de existir em algum momento? O sebastianismo, de fato, o que significa? A essas perguntas, respondemos como Pessoa: “com o texto velado do Tertuliano: Aquelas coisas que estão veladas, descobertas, ficam destruídas [...]” (PESSOA, 1979, p. 193)

Assim, “morto, D. Sebastião viveu por séculos na alma popular e [...] realizou o moto que tomara para si de um verso de Petrarca: *Un bel morir tutta la vita honora*¹².” (MARTINS, 2010, p. 224).

¹² Na tradução para o português: “Uma bela morte toda a vida honra”.

REFERÊNCIAS

A ILHA de Dom Sebastião. Direção: Marcy Reis e Ivan Canabrava. Brasil: Câmera 4, 2006. (24 min).

Arquivo Pessoa: PESSOA, Fernando. **Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas**. Mem Martins: Publ. Europa-América, 1986, p. 252.

BANDARRA, Gonçalo Annes. **Trovas Bandarra**. São Paulo: Iba Mendes, 2018. Disponível em: <<http://ibamendes.org/Trovas%20do%20Bandarra%20-%20IBA%20MENDES.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

CAETANO, Priscila Miranda; TEODORO, Luana Batista; BOTTON, Flávio Felício. Galaaz: Diálogos entre a Religiosidade Medieval e o Herói Messiânico. **Todas as Musas**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 213- 228, jan/ jun. 2012.

CAMÕES, Luís de. **Mui alto Rei, a quem os Céus em sorte**. 2006 [1575]. Disponível em: <<http://www.jornaldepoesia.jor.br/camoes71.html>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

_____. **Os Lusíadas**- vol I e vol II: comentários de Francisco Sales de Lencastre. 1ª ed. Porto Alegre: Concreta, 2018.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários Escritos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171- 193.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura Comparada**. São Paulo: Ática, 2006.

CASA DA FARINHA. **Boi do Encoberto**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/casa-de-farinha/209495/>>. Acesso em: 08 nov. 2021.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 2000.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alan. Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 16 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

COELHO, Jacinto do Prado. D'Os Lusíadas à Mensagem. In: _____. **Camões e Pessoa, poetas da utopia**. Lisboa: Europa-América, 1983. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/12474195/dos-lusiadas-a-mensagem>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

CRUZ, Fr. Bernardo da. **Chronica de El Rei D. Sebastião**. Lisboa: Galhardo e Irmãos, 1837.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FRYE, Northrop. **A imaginação educada**. São Paulo: Vide editorial, 2017.

GEBRA, Fernando de Moraes. Entre mito e história: O sebastianismo em *Mensagem* de Fernando Pessoa. **Letras**, Curitiba, n. 68, p. 129-144, jan./ abr. 2006.

HOUAISS, A. **Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

LIRA, André. História e Mito. In: **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 14º SNHCT**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

MAGALHÃES, Luiz de. **D. Sebastião**. Coimbra: França Amado, 1898.

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. [S. l.]: Edições Vercial, 2010.

PESSOA, Fernando. (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão. Introdução organizada por Joel Serrão). **Sobre Portugal**: introdução ao problema nacional. Lisboa: Ática, 1979.

_____. *Mensagem*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

PIANCO, William. O sebastianismo sob a ótica oliveiriana. **Desassossego**, São Paulo, n. 5, p. 50-58, dez. 2011.

SÉRGIO, António. **Em torno das ideias políticas de Camões seguido de Camões Panfletário**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1977.

SCHUBACK, Marcia Sá Cavalcante. As cordas serenas de Ulisses. In: _____. **Ensaio de Filosofia**: Homenagem a Emmanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 163-179.

STEINER, George. Alfabetização humanista. In: _____. **Linguagem e silêncio**: ensaios sobre a crise da palavra. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 21-29.

STORK, Wilhelm. **Vida e obras de Luís de Camões**. Lisboa: Imprensa Nacional/ Casa da Moeda, 1980. p. 728. Disponível em: <<http://oficinadeletras.net/a-longa-morte-de-camoes/>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

ZÚQUETE, José Pedro. O Chefe Imaginário. In: _____. **Grandes Chefes da História de Portugal**. Amadora: Texto Editores, 2012.